

ANAIS DO

II SIMPODI  
SIMPÓSIO SOBRE DIVERSIDADES



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

# II SIMPODI SIMPÓSIO SOBRE DIVERSIDADES

---

## EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

05, 06, 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2018

IFPR – CAMPUS TELÊMCAO BORBA

V. 2 2018

### Organização

#### Coordenação

Priscila Godoy

#### Comissão Organizadora

André Pires do Prado  
Andrea Mazurok Schactae  
Célia Tamara Coelho  
Danieli de Cássia Barreto Goessler  
Deise Mainardes Bayer Monteiro  
Fernanda dos Santos Krecziuski  
Guilherme Sachs  
Helaine Christina Oliveira de Souza  
Isaque Bispo Adriano  
Larissa Diniz Ribeiro  
Luana Cheven Perbore dos Santos  
Maria Luiza Kraft Köhler Ribeiro  
Natara Duane Borges de Castilhos  
Patrícia Vanat Koscianski  
Priscila Godoy  
Raabh Mara Adriano Beloti de Aquino  
Sandra Augusto Silva  
Thiago Valentim de Souza  
Vinícius Vaz Pavani

#### Comissão Científica

André Pires do Prado  
Guilherme Sachs  
José Aparício da Silva  
Kelly Cristinna Frigo Nakayama  
Luana Cheven Perbore dos Santos  
Najara Nogari de Mello  
Natara Duane Borges de Castilhos  
Patrícia Vanat Koscianski  
Reinaldo Donizete de Oliveira  
Ronaldo Mendes Evaristo  
Sandra Augusto Silva  
Zaudir Dallagnol





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

# II SIMPODI SIMPÓSIO SOBRE DIVERSIDADES

---

# EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

05, 06, 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2018

IFPR – CAMPUS TELÊMCAO BORBA

**Reitor**

Odacir Antonio Zanatta

**Direção Geral do Campus**

Karina Mello Bonilaure

**Expediente**

V.2 2018

Anais do II SIMPODI – Simpósio Sobre Diversidades  
Educação Especial Inclusiva

IFPR – Instituto Federal do Paraná  
*Campus* Telêmaco Borba

Rodovia PR 160 – km 19,5 – Jardim Bandeirantes  
Telêmaco Borba – PR  
CEP 84.269-090

Fone: (42) 3221-3000

E-mail: [simposiodiversidadestb@gmail.com](mailto:simposiodiversidadestb@gmail.com)



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### SUMÁRIO

<b>A CODOCÊNCIA E OS SEUS BENEFÍCIOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AUTISMO .....</b>	<b>6</b>
<b>A CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA E SUA INTERAÇÃO NA SALA DE AULA .....</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES DE UMA INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR .....</b>	<b>22</b>
<b>DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA.....</b>	<b>28</b>
<b>GESTÃO DA ESCOLA INCLUSIVA RELACIONADA À DEFICIÊNCIA AUDITIVA .....</b>	<b>39</b>
<b>HISTÓRIAS EM QUADROINHOS E SALA DE RECURSOS: .....</b>	<b>50</b>
<b>ANALISE BIBLIOGRÁFICA DA INCLUSÃO PARA JOVENS E ADULTOS COM AUTISMO (ASPERGER) .....</b>	<b>72</b>
<b>NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>75</b>
<b>O BENEFÍCIO DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DO AUTISMO .....</b>	<b>79</b>
<b>OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA: UMA PERSPECTIVA EM DIFERENTES REDES DE ENSINO .....</b>	<b>83</b>



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### A CODOCÊNCIA E OS SEUS BENEFÍCIOS PEDAGÓGICOS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AUTISMO

MARTINS, Juliana SILVA dos Santos<sup>1</sup>  
ROSOLEM, Loretta Derbli Durães da Luz<sup>2</sup>

#### RESUMO

A codocência é um tipo de serviço educacional discutido e aplicado no mundo, mas pouco difundido e implementado no Brasil. A Proposta Pedagógica de Inclusão Educacional do Colégio de Aplicação da UFSC - PPIE, implementada em 2014, contempla a codocência para os anos iniciais do ensino fundamental, e o ensino colaborativo de codocência para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, estando em consonância com as discussões mundiais sobre educação inclusiva. Deste modo, têm-se como objetivo: discutir sobre o serviço de codocência, identificar os benefícios que ela proporciona aos estudantes público alvo da educação especial. Como resultados, percebe-se um modelo de serviço de educação especial inovador que oferece um atendimento ampliado, aliando o Atendimento Educacional Especializado - AEE às intervenções pedagógicas sistemáticas em sala de aula, oferecendo uma estratégia qualitativa ao ensino, ao possibilitar uma mediação direta e qualificada nas situações de ensino aprendizagem. Na referida proposta de ensino, destaca-se a parceria entre os professores de ensino comum e professor de educação especial no planejamento e ação pedagógica em sala de aula e em sala de recursos multifuncionais. Assim, os dois serviços de educação especial contemplados na PPIE e que trouxeram benefícios significativos para os estudantes do Colégio de Aplicação da UFSC, são: o AEE oferecido como suporte: complementação ou suplementação; e a codocência: atuação do professor de educação especial em sala de aula mostra um respaldo pedagógico qualificado ao ensino comum, sendo este o obrigatório.

**Palavras-chave:** codocência; planejamento; mediação.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação Especial- UNOESC, Professora de Educação Especial do Colégio de Aplicação da UFSC, Florianópolis, SC julissmartins@gmail.compartilhado.<sup>1</sup>

<sup>2</sup> Mestra em Estudos da em-UEL, Professora de Educação Especial do IFPR, Pinhais, Paraná, loretta.rosolem@ifpr.edu.br.<sup>2</sup>



## INTRODUÇÃO

# II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os tipos de serviço educacional ofertados para o estudante público alvo da Educação Especial: com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal Federal de Santa Catarina - CA-UFSC, a partir da contratação de 14 professoras de Educação Especial e da publicação da Proposta Pedagógica de Inclusão Educacional do CA-UFSC de 2014.

A PPIE implementada a partir do ano letivo de 2015, contempla enquanto serviços de atendimento aos estudantes público alvo da educação especial: a codocência para os anos iniciais do ensino fundamental, e o ensino colaborativo de codocência para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, estando em consonância com as discussões mundiais sobre educação inclusiva.

Atualmente as políticas públicas nacionais orientam diretamente a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, no contraturno e indiretamente a parceria entre o professor do ensino regular e o professor de educação especial. Entretanto é possível identificar a possibilidade de trabalho de codocência, desde a Resolução nº 2/2001, Art. 3º, em que o serviço de educação especial, definido na proposta pedagógica garanta recursos e serviços educacionais especializados, que esses sejam organizados para apoiar, complementar e suplementar o processo educacional (BRASIL, 2001).

O AEE é um serviço oferecido no contraturno e contribui com o ensino obrigatório para o estudante público alvo da educação especial, entretanto é um resquício de uma abordagem clínica, quando atua de forma isolada e somente assessora às práticas de inclusão escolar, esta abordagem está centrada no estudante. É imprescindível ter um olhar multidirecional e rever as práticas de ensino, mas o ensino com: recursos, organização e apoios (COLL, 2003).

A ampliação do serviço de educação especial para além do contraturno, busca a articulação de saberes (MARIN; BARUN, 2013) para atender às demandas cotidianas do ensino obrigatório: mediação pedagógica organizada, planejamento articulado, Plano



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Educacional Individualizado- PEI, para além do AEE.

Segundo a PPIE (UFSC, 2014) o professor de educação especial realizará a codocência nos anos iniciais, compartilhando as responsabilidades pedagógicas com o professor do ensino obrigatório. O ensino colaborativo de codocência em sala de aula ou em outros espaços escolares com práticas pedagógicas, será ofertado quando houver estudantes público alvo da educação especial nas turmas de anos finais e ensino médio.

No Brasil, o coensino ou o ensino colaborativo é recente, pouco difundido e/ou realizado pela maioria dos municípios ou estados, este modelo é utilizado em casos pontuais e experimentais (VILARONGA, 2016). Assim o CA-UFSC, quando implementou o modelo de ensino com base na codocência e ensino colaborativo, ofertou um atendimento inovador, que até então, poucas instituições brasileiras ofereciam. Já no exterior, países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Chile já ofertam há décadas este tipo de atendimento.

### **OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO**

Objetivo geral: difundir informações sobre a codocência enquanto tipo de serviço de educação especial.

Objetivos específicos: discutir sobre o serviço de codocência; identificar os benefícios que ela proporciona aos estudantes público alvo da educação especial.

### **METODOLOGIA**

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte de pesquisa documentos oficiais e obras teóricas, com reflexões da prática acerca do tema codocência, coensino ou ensino colaborativo. Análise da prática pedagógica das autoras e dos benefícios para os estudantes público alvo da educação especial no CA-UFSC, possibilitou verificar os avanços no processo escolar e a contribuição entre a área de educação especial e demais áreas envolvidas na escolarização desses estudantes.





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação especial, durante décadas, foi organizada de forma concomitante e por vezes substituindo o ensino obrigatório, oferecendo práticas que supervalorizam o diagnóstico médico e deixam para segundo plano os aspectos pedagógicos. Desde a época do Brasil Imperial, a educação especial organizou-se como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino obrigatório. Os conceito de normalidade/anormalidade, definiram práticas escolares para os estudantes com deficiência, a partir do diagnóstico. (BRASIL, 2008).

Mudanças conceituais ocorreram na legislação entre os anos de: 2005 e 2015, interferindo e direcionando transformações nas políticas de educação especial, alterando conceitos e trazendo discussões na perspectiva da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foca a escolarização dos estudantes público alvo da educação especial, estabelece diretrizes para o acesso, a permanência, a acessibilidade no espaço escolar e atendimento educacional especializado. Legalmente, as esferas municipal, estadual ou federal possuem a autonomia para organizar os apoios no ensino regular da forma como considerarem adequada.

Os apoios em sala de aula ocorrem com recursos: físicos e humanos. Os recursos pedagógicos possibilitam um olhar diferenciado, mas não garante a aprendizagem. Os profissionais de apoio, apresentam diferentes nomenclaturas de acordo com o respaldo teórico ou a formação dos mesmos como: Auxiliar de Educação Especial, na Rede Municipal de Educação de Florianópolis-SC; Segundo Professor no estado de Santa Catarina, Professor de Apoio Especializado no Paraná e Professor de Educação Especial, na modalidade de Codocência no CA-UFSC.

Nos quatro tipos de nomenclaturas, teoricamente o atendimento é semelhante, pois a turma possui dois professores, nem sempre um deles tem formação em educação



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

especial, há interferências dos dois profissionais na turma. Mas neste último, o trabalho de codocência caracteriza-se pela parceria constante dos professores desde o planejamento até a execução das atividades, pensadas para a inclusão pedagógica do estudante, de modo a realizar as flexibilizações pedagógicas cotidianas, curriculares e a qualificação dos profissionais na área. Respondendo essa prática a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 de 2015, garante que:

Art. 28º, II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

Na perspectiva da educação inclusiva, os sistemas de ensino possuem autonomia para organizar o serviço de educação especial. A subjetividade nas interpretações reflete em discursos repetitivos e atemporais respaldando práticas escolares, nem sempre pedagógicas, numa ótica caritativa, mesmo após avanços na área pedagógico: da institucionalização à inclusão escolar.

A atuação articulada entre professor de educação especial e professor de ensino regular, sistematicamente, beneficia o processo de ensino aprendizagem dos estudantes, aproximando a prática da proposta de educação inclusiva prevista na legislação federal que resumidamente seria: garantir o acesso, a permanência e o processo de ensino aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial. (BRASIL, 2008)

Quando o AEE é aliado à codocência, há o atendimento pedagógico individualizado **com** o estudante e **para** o estudante em sala de aula, oferecendo um atendimento diante das demandas pedagógicas cotidianas em sala de aula, possibilitando um planejamento mais abrangente, uma mediação e a organização de estratégias pedagógicas qualificadas para a turma.

A proposta de codocência e ensino colaborativo de codocência foi implementado



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

no CA - UFSC para atender as demandas emergentes de ensino específicas dos alunos público alvo da educação especial, a partir de uma sentença judicial, que determinou a contratação de 14 professores para atuarem como “segundo professor”, no atendimento em sala de aula e em sala de recursos multifuncionais.

As experiências vivenciadas na atuação em sala de aula, com a presença de um profissional com formação na área da Educação Especial, tem demonstrado avanços consideráveis no desenvolvimento dos estudantes atendidos no CA-UFSC, desde melhorias em relação à interação social dos estudantes com os colegas, à aprendizagem, a autonomia escolar.

Nas reuniões de Conselho de Classe de 2015 a 2018, tem sido unanimidade o discurso de evidentes melhorias no rendimento pedagógico dos estudantes atendidos pelo serviço de educação especial: a codocência. Além de relatos de situações de interação dos estudantes público alvo da educação especial com os seus colegas de classe, de forma inclusiva.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou discutir a codocência, enquanto modelo pedagógico, como uma estratégia utilizada para aproximar o professor de educação especial do contexto escolar, possibilitando que este profissional partilhe estratégias e realize as mediações no momento necessário no ensino obrigatório. O AEE é importante, mas não dá conta de abranger as demandas cotidianas do ensino regular.

Como resultados, percebe-se um modelo de serviço de educação especial inovador que oferece um atendimento ampliado, aliando o Atendimento Educacional Especializado - AEE às intervenções pedagógicas sistemáticas em sala de aula, oferecendo uma estratégia qualitativa ao ensino, ao possibilitar uma mediação direta e qualificada nas situações de ensino aprendizagem. Na referida proposta de ensino, destaca-se a parceria entre os professores de ensino comum e professor de educação



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

especial no planejamento e ação pedagógica em sala de aula e em sala de recursos multifuncionais.

O estudante público alvo da educação especial possui uma demanda quanto à mediação com o uso sistemática de recursos, de acordo com as suas especificidades e com a aplicação de adaptações razoáveis. Assim o modelo de serviço pedagógico de codocência apresenta-se como a forma mais eficiente e inclusiva para uma aprendizagem significativa deste estudante.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução CNE. CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso: 02/06/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)> Acesso: 10/06/2018.

\_\_\_\_\_, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso: 17/03/2018.

\_\_\_\_\_, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso: 23/06/2018.

COLL, César. Atenção à diversidade e qualidade do ensino. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 07-17, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5001/3030>> Acesso: 19/05/2017.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 49-64, 2013.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

UFSC. **Proposta Pedagógica de Inclusão Educacional do Colégio de Aplicação da**

**UFSC.** 19 de dezembro de 2014. Disponível em:

<[http://www.ca.ufsc.br/files/2015/04/Proposta\\_Pedagogica\\_Inclusao\\_CA\\_2014.pdf](http://www.ca.ufsc.br/files/2015/04/Proposta_Pedagogica_Inclusao_CA_2014.pdf)>

Acesso: 03/01/2018.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, 2016.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### A CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA E SUA INTERAÇÃO NA SALA DE AULA

LEITE, Gizele<sup>1</sup>  
LIMA, Tiago<sup>2</sup>

#### RESUMO

O autismo vem sendo pesquisado e considerado uma importante linha no meio escolar nos últimos anos e são poucas as relações já atingidas para metodologia de trabalho com portadores deste transtorno. Com objetivo de adequar aulas e apresentar as principais características destes alunos, o referido trabalho traz propostas de interdisciplinaridade já desenvolvidas em sala de aula, para ensinar essas crianças junto com os demais colegas. Desta forma, consideramos que as teorias interdisciplinares tenham uma forte relação para que haja uma troca significativa de aprendizado, conforme estudos sobre a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner. Ainda que, mesmo trabalhando com crianças com um déficit específico, não podemos esquecer que cada ser tem sua especificidade única e precisa de uma atenção especial, ressaltamos que “não existe um ser exatamente idêntico, todos nós somos diferentes”. Seguindo este pensamento, podemos pensar em estratégias de ensino onde encontramos a inclusão social e chegamos ao nível esperado de desenvolvimento dos nossos alunos. Como formas já aplicadas consideramos importante tanto para a integração, como para a socialização dos mesmos as cantigas de roda, brincadeiras sendo estas em dupla, também conteúdos ensinados através de canções criadas conforme o nosso conhecimento da vida particular do aluno, enquanto professores. Lembrando também que especificamente para o aluno autista a importância por mostrar conteúdos através de formas geométricas tornam as aulas mais atrativas e eles compreendem apresentando um maior interesse. Essas maneiras de trabalhar já foram aplicadas por professores do ensino fundamental I, qual foi contemplada com ótimos resultados.

**Palavras-chave:** autismo; sala de aula; interação.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em Música, Centro Universitário Claretiano, Curitiba, Paraná. Licenciatura em Física, Instituto Federal do Paraná (IFPR), Telêmaco Borba, Paraná, gizele.1096@gmail.com

<sup>2</sup>Licenciatura em Física, Instituto Federal do Paraná (IFPR), Telêmaco Borba, Paraná. tiagolima9949@gmail.com



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar elementos e maneiras de trabalhos que possam contribuir para o desenvolvimento de alunos portadores do autismo no ambiente escolar. Teremos como base sobre esse estudo as contribuições de Bréscia (2003), qual coloca a apresentação dos processos que a musicalização contribui para o desenvolvimento cognitivo/ linguístico, psicomotor e afetivo da criança, por experiências e relatos de trabalhos desenvolvidos. Segundo pesquisadores do Instituto Autismo no Amazonas (2011), atividades com formas geométricas também podem desenvolver a capacidade dos alunos autistas devido a diferença de apresentação dos conteúdos que estão ali expressados. Partindo para uma proposta de atividades lúdicas, onde o aluno se interesse pelo objeto que está sendo estudado.

O Transtorno do Espectro Austismo (TEA) é caracterizado por um grupo de desordem complexas do desenvolvimento cerebral, contemplando a falta de comunicação social e comportamentos repetitivos, sem conexão. (Instituto de Pesquisa sobre o Autismo).

No decorrer da história, este termo foi conhecido em 1911, relatando a perda do contato de uma pessoa com a realidade qual ela está inserida, acontecendo então o distanciamento desta com as demais pessoas presentes à sua volta. Pela dificuldade de relacionamento interpessoal e também falta de capacitação de professores e demais profissionais de áreas conjuntas, muitas das vezes as crianças que portavam este transtorno paravam de ir à escola, tendo seus direitos excluídos.

A partir da inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular, ainda sendo um desafio para a escola, de acordo com a Constituição Nacional promulgada em 1988, atribuiu ao Estado a responsabilidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e diferentes outras formas de discriminação” (Art. 3º, inciso IV – Brasil, 1988).

Quando falamos da escola é estabelecido nos artigos 205, 206 e 208, da Carta Magna, que todos possuem o direito de educação igualitária, garantindo o pleno desenvolvimento do aluno garantindo assim sua cidadania e qualificação para o



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

trabalho; estabelecendo assim mesmas condições de acesso e permanência na escola e todos os que necessitarem de acompanhamento educacional deverão ser atendidos de preferência na rede regular de ensino.

Assim cabe a equipe pedagógica e também aos professores que acompanham esses alunos uma busca constante em métodos e materiais para que seja possível superar suas dificuldades e também aprendizagem aos alunos no cotidiano escolar.

Perante a realidade encontrada nós como professores de física e também como responsável pela parte de educação musical, pretendemos com esta pesquisa uma proposta para contribuir com profissionais que encontram alunos portadores do TEA em suas turmas. Assim facilitando o processo de ensino aprendizagem e desenvolvendo a afetividade desses alunos no ambiente escolar.

### **OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO**

Buscamos demonstrar possíveis práticas pedagógicas para trabalhar em sala de aula com alunos portadores do Transtorno Espectro Autista.

Em sua especificidade será apresentado o comportamento desses alunos, como também a evolução deles através das interações acompanhadas por nós em sala de aula.

### **METODOLOGIA**

As atividades para coleta de dados foram feitas pelo padrão já usado pelas professoras, onde 10 atividades foram propostas aos alunos com autismo e a porcentagem de sucesso aumentava de acordo com cada atividade concluída. Esta metodologia de avaliação faz parte do ensino infantil como também nos anos iniciais do nível fundamental, onde os professores preenchem fichas descritivas sobre cada aluno o acompanhando individualmente e também estabelecendo um conceito através do avanço de cada criança.

Para que houvesse possibilidade de atrair as crianças portadoras do TEA, as





## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

professoras responsáveis da classe prepararam novos materiais onde estes eram feitos através de formas geométricas. Por exemplo, uma história de evolução dos animais para alunos no nível I era contada através de tampas de latas, redondas, com um desenho. Esses desenhos explicavam então a história e o aluno apresentava um desenvolvimento muito maior do que quando a professora só passava no quadro ou contava para os demais de forma não lúdica.

Como o maior contato do aluno com os demais colegas é dentro da escola, por ser o lugar onde ele passa maior parte da sua vida, é possível compreendermos que o professor responsável por eles é o maior conhecedor de seus hábitos e rotinas, sendo também o mais preparado para exercer o trabalho com este aluno. Devido a isso, para maiores resultados no trabalho houve a necessidade de que as professoras extrapolassem todas as metodologias já aplicadas em sala de aula, fazendo valer sua criatividade apresentando diversificações nas atividades.

Outro meio bastante utilizado para atingir esses alunos foi o cantar o conteúdo de maneira simples, por exemplo em uma brincadeira de roda. Todas as músicas feitas para compreensão do conteúdo também tiveram uma grande ajuda neste trabalho. Também é possível ressaltar que quando um trabalho é feito com o aluno autista, este deve ser incluído em uma classe com crianças não portadoras do transtorno, pois é necessário estimular o contato da criança com os demais. Outra forma que obteve bons resultados foram as brincadeiras em duplas, onde a criança estava acostumada com sua dupla, não gerando uma situação de desconforto para ela.

Colocamos que todos os métodos de trabalho com portadores do Transtorno Espectro Autista devem ter o acompanhamento não só do professor, mas sim de um conjunto onde se inclui profissionais da neuropsicologia, psicopedagogia e também a fonoaudiologia. Para um desenvolvimento excelente destes alunos também é importante que a família esteja por dentro de todos os trabalhos realizados estimulando-os também em casa. Assim o resultado será satisfatório, como veremos a seguir.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi possível observar no decorrer deste trabalho que as aplicações de maneira



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

coletiva foram as que mostraram maior índice de desenvolvimento dos alunos portadores do TEA. As formas com que as atividades passaram a ser apresentadas fez com que os alunos tivessem a necessidade de interagir com os demais, pois eram objetos coletivos, cantigas de rodas e assim por diante.

As cantigas favoreceram a compreensão dos conteúdos trabalhos em sala de aula, seja de ciências, matemáticas e outras matérias presentes no currículo escolar, como também foi um anteparo para que pudéssemos observar o desenvolvimento da fala quando esses alunos estavam inseridos em um ambiente coletivo.

Vale ressaltar aqui, que as crianças que apresentam este transtorno têm uma fragilidade imensa com a comunicação e também com o som. Então é necessário ressaltarmos que as atividades que apresentem música deve ser feita de maneira leve, sem gritos ou muita bagunça, pois este incômodo presente no interior dos alunos resultará em dores no corpo e por não conseguirem se expressar o resultado do trabalho não será satisfatório, nem para nós professores, nem para os alunos.

As formas de trabalhos utilizadas foram recebidas pelos alunos com grande interesse, apresentando por eles então um grande desejo pelos objetivos, que tinham formas de triângulo, círculo, quadrado (principalmente instrumentos musicais); nas atividades cantadas, como roda, brincadeiras em duplas e atividades de concentração foi possível perceber que mesmo na dificuldade de cada um elas se esforçavam para acompanhar os demais colegas de classe e ficavam juntos até o final das atividades, resultado que não acontecia no começo desta pesquisa.

Em conversa com os professores da classe juntamente com o professor auxiliar, o que mais se destacou com esta nova forma de trabalho foi a concentração, a interação com os demais colegas, o aumento da aprendizagem, pois os conteúdos agora eram apresentados de maneira dinâmica não tendo a necessidade do aluno ser obrigado a aprender como matéria, mas sim aprender porque faz parte de um ambiente divertido no qual ele está inserido.

As professoras destacaram também o respeito da turma com a individualidade de cada um, pois em brincadeiras as crianças conseguem ver a limitação de cada uma, não excluindo um aluno ou outro do seu cotidiano, fazendo assim um trabalho coletivo e satisfatório.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Como a linha desta pesquisa nos remeteu ao ambiente escolar, sendo este principalmente a sala de aula, como professores devemos ter a paciência e a ética de não julgar os alunos, mas sim acompanhá-los juntamente com a família e tentarmos em descobertas diárias trabalhar de maneira que atinja a totalidade e intelectualidade do aluno. Apresentaremos aqui um depoimento da mãe de uma criança portadora do Transtorno Espectro Autista.

Apresentaremos também como resultado o depoimento de uma mãe que está descobrindo como trabalhar com seu filho autista.

Cintia Kreteschaman é mãe do Emanuel, que hoje tem quatro anos de idade, foi diagnosticado com o TEA a cerca de um ano e muita coisa em sua família mudou.

Cintia - “muita coisa mudou em um (1) ano, desde que chegamos na tia Ida (fonoaudióloga) pela primeira vez e aquele tablet que ele tinha ganhado a alguns dias antes voltou para a caixa e nunca mais foi usado. A tv ele assiste quando quer, mas muitas das vezes ela fica ligada e ele nem presta atenção, o celular se faz necessário em alguns poucos momentos, como por exemplo no dia em vamos ao cabeleireiro.

Com essas características e através de acompanhamento clínico, o TEA foi confirmado, ficamos sem chão, mas nos reerguemos. A caravana da fono perdeu seu motorista e então precisamos nos reerguer mais uma vez, aprendemos a dirigir e fomos sozinhos. Então descobrimos em casa um apaixonado por números, letras e livros.

Tivemos o primeiro dos primeiros dias de aula, vivemos a angústia da exclusão disfarçada de inclusão porque nem tudo são flores, então vamos nos reerguendo, nos adaptando e nos reinventando, remando contra a maré nessa imensidão chamada TEA. Finalmente ele começou a verbalizar, a entender o que fala e a responder quando é chamado. Vivi nesse um ano junto dele muito mais do que viveria a vida toda, com mudanças, aprendizagem, revendo conceitos e expectativas, aprendendo a dar valor as coisas pequenas e simples da vida.

Vi a fidelidade de Deus que respondeu no Emanuel as noites que orei pedindo por aquele filho que tanto queria, e por aqui seguimos firmes pra mais um degrau dessa caminhada que é longa nesse fantástico mundo de Emanuel.”

Assim podemos perceber que a criança apresenta uma característica única de ser, mas que ela não é limitada em toda as áreas, sua potencialidade deve ser explorada



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

na área em que ela apresenta maior conforto e interesse. Quando acompanhados desde pequenos, se tornam adultos muito bem-sucedidos, com destaques absolutamente notáveis em sua área de desenvolvimento.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível com a realização desta pesquisa entender que a forma como o professor trabalha em sala de aula é essencial para que os alunos possam se interessar pelas atividades e quebrar suas limitações. Com o trabalho da escola e demais profissionais que acompanham a criança podemos relatar ótimos resultados integrando nessa escola a utilização de algumas dessas maneiras de trabalho em classes com alunos portadores do Transtorno Espectro Autista, qual ainda vem rendendo bons desenvolvimentos.

“Quanto mais longe uma criança com autismo caminha sem ajuda, mais difícil se torna alcançá-la.” (Talk About Autism)

### REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Instituto. **Formas geométricas em atividades com autistas**. Instituto de Autismo no Amazonas, Amazonas, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p.292

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1998. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).> Acessado em 15/10/2017

BRÉSCIA, V.L.P., **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BOSA, C.A. Autismo: Intervenções Psicoeducacionais, **Revista Brasileira Psiquiatria**.



2006.

## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. São Paulo: Papirus, 1995.

WEIGEL, A.M.G. **Brincando de Música: Experiências com sons, ritmos, música e movimentos na pré-escola**. 1 ed. Porto Alegre: Kuarup, 1988. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/01/qual-diferencaentrequestionario.html>>. Acesso em: 11/10/2017.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### CONSIDERAÇÕES DE UMA INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR

SCHEFER, Roseli Conceição de Almeida<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente estudo objetiva trazer considerações com relação à atuação do profissional Intérprete da Língua de Sinais (ILS) no contexto escolar, abordando também a sua trajetória de conquistas, no que diz respeito à legislação. Tendo em vista que o intérprete atua num ambiente onde há o professor regente, isto acaba criando situações de conflito quanto a sua atuação e atribuições profissionais, pois o professor regente muitas vezes lhe atribui às ações de ensinar, o que é de sua responsabilidade; sendo esta a problemática para este estudo. A pesquisa tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseando-se nos estudos teóricos de Lacerda (2009), Quadros (2008), Rosa (2005), dentre outros. Trata-se também de uma pesquisa qualitativa, relatando experiências de uma Intérprete da Língua de Sinais, que atuou com três alunos inclusos na rede regular de ensino, sendo uma aluna do Ensino Fundamental nos anos iniciais, um aluno do Ensino Médio profissionalizante e uma aluna no Ensino Médio. Considerando que o ILS pode minimizar as dificuldades do aluno surdo, equilibrando as dificuldades linguísticas na sala de aula, ressalta-se que sua função é mediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, fazendo a interpretação do conteúdo explorado, juntamente, com o professor regente da sala de aula. Entende-se que tal postura contribuiu no processo de aprendizagem da língua oral, servindo de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e auxiliando também na produção escrita. Portanto, o aluno surdo com o auxílio do Intérprete da Língua de Sinais pode exercer sua cidadania, garantindo seus direitos e aproveitando o máximo a possibilidade de interação em sala de aula, tendo oportunidades de aprendizagens compatíveis com os demais alunos ouvintes.

**Palavras-chave:** Intérprete de Libras/Português. Aluno Surdo. Professor Regente.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Telêmaco Borba - FATEB (2011). Teologia pela Faculdade Evangélica de Piauí - FAEPI (2017). Letras Libras (Licenciatura) pelo Instituto Eficaz (2017). Letras Libras (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018). Pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade de Telêmaco Borba - FATEB (2012). Pós-graduação em Educação Especial, Inclusão e Libras pela Faculdade De Ensino Superior Dom Bosco (2014). Pós-graduação em Libras/Português: Tradução e Interpretação pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2014). Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco (2015). Pós-graduação em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2018). Telêmaco Borba, Paraná, [roselischefer@gmail.com](mailto:roselischefer@gmail.com)



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### INTRODUÇÃO

No Brasil, tem se debatido sobre a educação bilíngue para surdos. Segundo Ferreira (1999, p. 300) “bilinguismo: significa a utilização regular das línguas por indivíduos, ou comunidade, como resultado de contato linguístico. Assim, bilíngue é falar e escrever em duas línguas”.

Desse modo, a instituição escolar deve apresentar estratégias diversificadas às necessidades linguísticas dos educandos surdos que facilitem a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais, como primeira língua (QUADROS, 2007).

Skljar (2005, p. 27) menciona que “usufruir da língua de sinais é um direito dos surdos e não uma concessão de alguns professores e escolas”. No Brasil, há vários documentos oficiais que garantem aos alunos surdos plenos direitos a uma educação diferenciada na classe regular a qual está inserido e a Libras deve ser explorada e valorizada nesse processo de escolarização do estudante surdo.

Entretanto, apesar da abordagem bilíngue no âmbito escolar, alguns docentes ouvintes, que ensinam alunos surdos não dominam o conteúdo linguístico da Libras e acabam misturando a língua oral com a língua de sinais e aí se faz necessária a abordagem deste objeto de estudo, “a atuação do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) na sala de aula”, bem como sua importância e relevância na conjuntura educacional do aluno surdo.

Diante disso, destaca-se que o profissional Intérprete da Língua de Sinais deve ser o elo comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e demais envolvidos no contexto escolar. Sua função na classe regular é servir como intérprete entre pessoas que compartilham línguas e culturas divergentes e isso exige estratégias cognitivas na arte de transmitir o conteúdo das explanações e questionamentos docentes, propiciando a interação do aluno nos espaços escolares.

Assim, uma sucessão de leis, decretos e documentos consolidam e especificam o trabalho do profissional Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. No início, sua atuação era de forma informal no âmbito religioso e familiar e, posteriormente, constituíram-se como profissionais, devido ao conhecimento específico que possuíam. Dentre os documentos legais, ressalta-se a Lei no 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005,



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

que tratam especificamente sobre o Intérprete da Língua de Sinais e sua 13 formação. E, em 2010, regulamentada-se, oficialmente, a profissão de Intérprete da Língua de Sinais, sob a Lei no 12.319. Esses e os demais documentos delineiam-se pelas lutas de movimentos sociais representantes de minorias; dentre os movimentos destaca-se a Educação Bilíngue para surdos.

O Intérprete da Língua de Sinais, ao desenvolver seu trabalho com o aluno surdo, tem o compromisso de contribuir no construir o conhecimento do educando, sendo um mediador nesse processo; afinal é um profissional capacitado que domina a Libras e proporciona aos alunos surdos à transmissão de informações em Libras, oportunizando a construção de suas competências e habilidades na leitura e escrita, tornando os letrados; constituindo um elo de interação relevante na educação dos surdos nas classes regulares. Em razão disso, o presente trabalho apresenta considerações a respeito do profissional Intérprete da Língua de Sinais no contexto escolar, pois este atua como mediador linguístico e pode contribuir no processo educacional e de interação social dos alunos surdos.

Portanto, ressalta-se que a instituição escolar deve estar aberta à cultura surda visando à construção de uma política educacional da identidade dos alunos surdos, proporcionando a estes estudantes os recursos linguísticos e apoio especializado do ILS um desenvolvimento na perspectiva do bilinguismo.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar as considerações da atuação do intérprete de Libras na instituição de ensino.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar a legislação vigente e as conquistas na trajetória histórica;
- Reconhecer a atuação do intérprete de Libras no contexto escolar;
- Contribuir com o relato as experiências no contexto escolar, visando uma reflexão frente às divergências.

### **METODOLOGIA**





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

O primeiro procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas várias literaturas relativas ao estudo, livros, artigos publicados na internet e a Legislação. Outro recurso metodológico utilizado foi a pesquisa qualitativa baseada no relato das experiências de uma intérprete de Libras que atuou durante 2 anos com três alunos surdos inclusos na rede de ensino público, sendo uma aluna do Ensino Fundamental anos iniciais, um aluno do Ensino Médio profissionalizante e uma aluna do Ensino Médio.

Os dados obtidos ocorreram através da observação e prática, visando a abordagem reflexiva da práxis.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

É certo que não podemos ser ingênuos ao considerar que somente a inserção do profissional intérprete de Libras em sala de aula garantirá uma aprendizagem satisfatória ao aluno surdo; também é necessário atender-se às questões metodológicas, adaptações curriculares, material didático adequado, dentre outras para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda.

Portanto, faz-se necessário que a ação do intérprete se consolide em regime de colaboração com o professor, onde cada um deve cumprir sua função, almejando uma condição favorável de aprendizagem para o estudante surdo.

Desse modo, confirmou-se com este trabalho que, quando a condição linguística do aluno surdo é respeitada e ele tem seus direitos garantidos mediante a presença de um ILS no contexto escolar, suas oportunidades de desenvolvimento e construção do conhecimento de maneira adequada contribuem no seu desenvolvimento comunicativo e educacional.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao inserir um Intérprete da Língua Brasileira de Sinais no contexto escolar, tem-se a possibilidade de o aluno surdo poder receber as informações em Libras, através de um profissional com competência nessa área. A presença de um profissional Intérprete de Libras pode contribuir para que os alunos surdos possam usufruir da sua cidadania e aproveitar o máximo das possibilidades de interação na sala de aula, juntamente com



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

seus colegas ouvintes; tendo os mesmo direitos e oportunidades, demonstrando sua capacidade e potencialidade por meio da mediação desse profissional.

O presente estudo evidenciou no relato a relevância do ILS na sala de aula para atender as especificidades dos alunos inclusos no ensino regular público. Observou-se que a mediação da ILS foi fundamental para que o surdo tivesse sua participação e voz assegurada dentro da sala de aula.

Contudo, no cotidiano da sala de aula, o intérprete muitas vezes não faz só a interpretação do conteúdo e a interação na comunicação entre os envolvidos, pois lhe é atribuído às funções que cabem ao professor regente e, para não deixar o aluno perdido, acaba assumindo uma série de funções que não são de sua atribuição, desse modo, é preciso compreender que o Intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior. Destaca-se ainda, a necessidade da interação e participação do Intérprete com o professor regente na elaboração do planejamento de aula, avaliação e nos eventos que acontecem no ambiente escolar como colaborador.

Portanto, a inclusão deste profissional na sala de aula minimiza as dificuldades do aluno surdo em relação à interação professor x aluno surdo, aluno surdo x alunos ouvintes, aluno surdo x equipe escolar, assegurando aos alunos surdos os seus direitos garantidos por lei, bem como adaptações curriculares, métodos, recursos e organizações específicas para atender suas especificidades, propiciando um melhor desempenho das suas potencialidades educacionais, de interação e comunicação no convívio social.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. , Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. .

\_\_\_\_\_ **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_ **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

\_\_\_\_\_ **Lei no 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI.** Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de e BERNARDINO, Bruna Mendes. **O papel do intérprete de língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização.** In: LODI, Ana Claudia Balieiro e LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III.** Petrópolis: Arara Azul, 2008.

ROSA, Andréa S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

SILVA, Edna Ferreira da<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre os desafios enfrentados por professores da rede municipal de ensino e alunos que apresentam deficiência intelectual matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental I do município de Telêmaco Borba. Compreendendo que a inclusão deve superar a questão legal tornando-se uma efetividade dentro de qualquer ambiente social e principalmente no escolar, percebemos que há muito que refletir sobre os encaminhamentos necessários para que essa inclusão não se torne apenas um estar no mesmo espaço. Optamos pelo método dialético por compreender que há não como interpretar uma situação sem analisar e refletir sobre sua totalidade, ou seja, seus aspectos: sociais, históricos, culturais e econômicos. Como instrumentos para a consolidação da pesquisa foram elencados a revisão bibliográfica e o estudo de campo com observação direta do pesquisador. A pesquisa tem como objetivos apresentar uma breve análise da legislação vigente acerca da inclusão, uma reflexão bibliográfica sobre a deficiência intelectual e ainda as observações evidenciadas em duas instituições públicas de ensino escolhidas primeiramente por atenderem a crianças com deficiência intelectual e por se situar próximas uma da outra. Ambas atendem crianças de 4 a 11 anos de idade, do município acima mencionado. A pesquisa não pretende encerrar o assunto, mas provocar uma inquietação sobre os desafios que a inclusão traz, para professores e instituições e principalmente para as crianças com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Inclusão; Deficiência Intelectual; Desafios.

---

<sup>1</sup>Atualmente como Coordenadora de Polo de Apoio Presencial do município de Telêmaco Borba. Especializanda em Ensino, Ciência e Tecnologia (IFPR); Especialista em Educação Especial (Fac. Dom Bosco); Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar, Especialista em Psicomotricidade e Educação Infantil); Especialista em Educação Especial (Fac. Dom Bosco); Especialista em Neuropsicopedagogia); Especialista em Educação Especial (Fac. Dom Bosco); Especialista em Gestão Escolar (UEPG), Graduada em História (UEPG) e Pedagogia (FATEB). ednarochaite@yahoo.com.br



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### INTRODUÇÃO

Considerando a importância da equidade na educação e ainda os desafios postos com a inclusão, aos profissionais que atuam nas instituições de ensino do município de Telêmaco Borba, que tentam se adaptar a essa nova realidade atendendo a um número considerável de alunos com necessidades educativas especiais, dentre eles os alunos com deficiência intelectual, decidiu-se então realizar essa reflexão acerca do tema.

Os objetivos da presente pesquisa são os de analisar documentos oficiais que determinam a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.

Apresentar uma breve reflexão sobre como os alunos com deficiência intelectual são atendidos nas instituições municipais de ensino em Telêmaco Borba e ainda refletir sobre os desafios dos profissionais que atuam nas instituições de ensino municipais em Telêmaco Borba.

Para desenvolver a pesquisa optou-se pela metodologia qualitativa dialética e como instrumentos a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo com observação direta das instituições e do trabalho dos professores em duas instituições, escolhidas aleatoriamente.

A presente pesquisa não pretende apontar culpados, mas refletir sobre os desafios postos, provocar uma inquietação para que se possa pensar caminhos para minimizar o impacto dessa inclusão nos alunos e quem sabe repensar o papel desses professores nas salas de aula.

### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Os objetivos da pesquisa é são:

Refletir sobre o atendimento oportunizado a alunos com deficiência intelectual no município de Telêmaco Borba;

Analisar legislação pertinente; Revisar bibliografia;

Observar duas instituições municipais que atendem alunos com deficiência intelectual.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

### **METODOLOGIA**

Para desenvolver a pesquisa optou-se pelo método dialético que conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 73), pode ser considerado como um diálogo e ainda que tudo está inter-relacionado, principalmente quando trata-se de educação não há como refletir sobre seus aspectos de maneira isolada.

A pesquisa foi realizada por um viés de abordagem qualitativa, por considerar as características do contexto social, histórico, econômico e político envolvidos na inclusão de alunos.

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a revisão bibliográfica e a observação de campo, que segundo as autoras acima mencionadas, tem como objetivo explorar elementos da vida social de um grupo e ainda a entrevista que possibilita compreender perspectivas e experiência dos entrevistados. Foram observados os trabalhos realizados dentro de duas instituições de educação, entrevista com professores dessas para compreender as expectativas e ansiedades deles com relação a inclusão e ainda. Entrevistou-se também alguns alunos com deficiência intelectual, com objetivo de vislumbrar sob a ótica deles como essa inclusão é percebida pelo foco do incluso.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES LEGISLAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988, já garantia o atendimento das crianças com deficiência na rede regular de ensino, em seus artigos 205, 206 e 208,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

A Lei de diretrizes e Bases da Educação 9394/96, vem reforçar o contido na Constituição em seu artigo 4º inciso III,

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Porém apesar de todas as garantias previstas em Lei, a efetivação da Lei na prática diária é outra história. Ainda hoje as dificuldades e desafios enfrentados por instituições são inúmeros.

A falta de formação adequada, a falta de acompanhamento tanto de alunos quanto de professores são apenas alguns dos desafios que são enfrentados no dia-a-dia das instituições.

A Constituição rege sobre o direito a igualdade dos alunos, porém é necessário pensar além, não apenas a igualdade, mas a equidade no atendimento. Pois o direito em estar na escola regular já é providenciado, mas não há preocupação com a qualidade dessa permanência.

Tanto a Constituição quanto a LDB não define como esse atendimento aos alunos com deficiência deve ser organizado, como esses alunos devem ser acompanhados e que condições devem ser organizadas e disponibilizadas para que realmente possam ter seu pleno desenvolvimento garantido.

Muitos outros documentos oficiais foram redigidos para garantir o direito das crianças com deficiência em estar na rede regular de ensino, dentre eles: A Declaração dos direitos do homem; a Declaração de Salamanca 1994; o Plano Nacional de Educação de 2001; a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação de 2001; a Deliberação do CEE – Centro de Educação Especial nº 68/2007; o Decreto nº 6571 de 2008, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei 10098 de 2000, que trata principalmente sobre normas para a acessibilidade, a Lei 10436 de 2002 que trata sobre a Língua Brasileira de Sinais, a Lei 7853 de 1989 que trata sobre a integração social das pessoas portadoras de deficiência, o último PNE – Plano Nacional de Educação, dentre tantos outros decretos, portarias, resoluções convenções, conferências, e declarações, todas dispendo sobre os direitos das pessoas com deficiências.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Mas nenhum desses inúmeros documentos, garantem a efetivação desses direitos na sala de aula, é necessário começar a olhar a realidade e intervir de maneira direta nela, ou seja, capacitando profissionais, adequando as instituições, adequando o número de profissionais para o atendimento das crianças, enfim, superando os desafios postos.

### DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com BONETI, 1996 a deficiência intelectual pode ser leve, moderada, severa ou profunda. Para saber qual o nível de deficiência de uma pessoa, são utilizados instrumentos de testagem, esses instrumentos são padronizados e medem o nível de inteligência das pessoas.

As pessoas submetidas a esses testes de inteligência que atingem uma pontuação, que é chamada de score, entre 55 e 70 são consideradas pessoas com deficiência intelectual leve, um score de 35 a 40 e 50 a 55 são consideradas pessoas com deficiência intelectual moderada. Abaixo de 35 pode ser considerada uma pessoa com deficiência intelectual severa ou profunda, considerando o comprometimento apresentado em outras áreas da vida social.

Ainda de acordo BONETI, 1996 a padronização do teste e ainda a aproximação do score de pessoas com deficiência intelectual leve ao de pessoas consideradas normais é muito grande, ou seja, o limite entre uma pessoa com deficiência intelectual leve e uma pessoa “normal” é muito próximo, e de acordo com autor essa classificação não deveria existir, já que uma pessoa com deficiência intelectual leve tem muitas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, desde que receba os estímulos apropriados, e ainda, essa deficiência intelectual leve só é observada após o ingresso da pessoa na fase de escolarização.

Conforme Lambert (apud BONETI, 1996),

[...] como se trata de crianças que são deficientes apenas algumas horas por dia (durante o período que estão na escola), esta classificação não deveria existir O autor argumenta que, dado os efeitos negativos da rotulação, a classificação da deficiência mental leve acarreta mais efeitos negativos que os benefícios do serviço especializado. (LAMBERT, 1978)





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

É possível pensar então, que seria mais proveitoso e melhor para essas crianças que o diagnóstico de deficiência intelectual leve não fosse realizado, e que a instituição escolar, ao invés de ficar procurando “defeitos” nos alunos reavaliassem seu processo de ensinagem, buscando promover o real desenvolvimento de todos os alunos e não apenas daqueles que chegam a escola com um nível padrão de aprendizagem e desenvolvimento, afinal, que nível padrão é esse? Baseado em quê? Considerando quais elementos da vida social da criança?

Vigotsky também trata da questão da testagem,

Quando se estabelece a idade mental da criança com auxílio de testes, referimo-nos sempre ao nível de desenvolvimento efetivo. Mas um simples controle demonstra que este nível de desenvolvimento efetivo não indica completamente o estado de desenvolvimento da criança. (VIGOTSKY, 2005).

Pensando além da rotulação, será que essas crianças realmente tem deficiência ou é o processo educacional que está equivocado, uma criança que não tem acesso à cultura, a livros a estímulos adequados durante seu processo de desenvolvimento chega a uma instituição escolar que espera que ela já tenha um nível intelectual padrão para a aprendizagem, e muitas vezes, ao invés de averiguar as potencialidades da criança, acaba fixando-se em sua deficiência ou pior, passa a não oportunizar a aprendizagem a essas crianças pressupondo que essas crianças não aprendem porque são deficientes.

Segundo Santos,

A educação escolar é mais do que um processo e um contexto para a promoção da aprendizagem de conteúdos técnico-teóricos, devendo também promover a convivência humana. Das interações próprias ao contexto escolar, acaba sendo evidenciada a diversidade humana, uma vez que tais interações fazem emergir a singularidade de cada sujeito e a necessidade de práticas de ensino e de interação que sejam tanto pluralizadas como individuais. (SANTOS, 2012).

Portanto, considerando toda diversidade humana, características interpessoais, contexto socioeconômico, afetivo-emocional, psicológico, cultural e tantos outros fatores que fazem parte da constituição e formação do ser humano, é possível perceber que não há aluno padrão, não há nível intelectual padrão para a aprendizagem, o que precisa



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

é que as instituições escolares percebiam esse novo contexto, e se apoderam do conhecimento para poder atuar de maneira efetiva nesse novo cenário, para não continuar incorrendo nos mesmos equívocos, rotulando, discriminando e segregando alunos dentro das classes e das instituições.

O mundo passa por uma nova era, e na educação o discurso da inclusão ainda é muito forte, apesar, de em muitas situações ainda se apresentar como um discurso vazio, pois incluir não trata apenas de colocar o aluno com alguma deficiência dentro de uma sala de aula do ensino regular, a inclusão só será efetiva quando esse aluno não for visto mais como aluno incluído e sim apenas como mais um aluno, que precisa aprender.

Vigotsky, afirma que os métodos de ensino permitem ou não a plena aprendizagem da criança, diz ainda que o intelecto não é formado por várias capacidades específicas isoladas, mas sim a capacidade de reunir todas essas capacidades para um determinado fim.

### **ANÁLISE DOS DADOS OBSERVADOS**

Durante a realização dessa pesquisa foram observados alunos e professores de duas instituições públicas de ensino fundamental do município de Telêmaco Borba.

A observação permitiu perceber não apenas o aluno, mas os desafios enfrentados pelos professores, que atuam nessas instituições. As instituições foram escolhidas aleatoriamente, sem intenção de apontar culpados, mas sim a de promover uma reflexão sobre questões que precisam ser repensadas e reconduzidas dentro do ambiente escolar.

Não há respaldo legal para que um aluno com deficiência intelectual leve ou moderada tenha o acompanhamento de professores de apoio, ou seja, aquele profissional que irá auxiliar esse aluno durante seu processo de aprendizagem, organizando a aula do professor regente de maneira que esse aluno possa compreender.

Em virtude disso, observou-se que os professores das turmas normalmente atuam sozinhos, alguns não tem formação na área de educação especial e não sabem



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

como atender ao aluno com deficiência intelectual. O professor recebe o aluno na sala de aula, algumas vezes junto com esse aluno vem um relatório da equipe multidisciplinar que o avaliou, dizendo que o aluno é deficiente intelectual, pois durante a aplicação dos testes o aluno apresentou score abaixo da média esperada para sua idade e escolarização. Há professores que não compreendem o que é esse score, para que é utilizado, como é medido, enfim, não tem conhecimento dos procedimentos aplicados para concluir se a criança é ou não deficiente intelectual.

Há relatórios que trazem as áreas de conhecimento nas quais a criança tem maior dificuldade e ainda sugestão de atividades que podem ser trabalhadas, mas isso não é protocolo, ou seja, nem todos os relatórios vem com todos esses complementos.

Os alunos por diversas vezes tentam participar das aulas, olham muito para o professor, buscando nele algo que o faça compreender, o olhar observado é como se a criança implorasse para o professor olhar para ele, um olhar de quem suplica, em seguida se cansam, por não compreender e muitas vezes não conseguem chamar a atenção do professor que continua explanando, e o aluno simplesmente baixa o olhar e permanece alheio àquele mundo que o rodeia. Em seguida o professor passa a atividade no quadro. O aluno com deficiência intelectual tenta “copiar” em seu caderno, mas o professor vem com uma atividade diferenciada, sem muita explicação, uma atividade fotocopiada, em que o aluno precisa apenas seguir o modelo, sem pensar muito. Em outros momentos o professor deixa que o aluno copie o que está posto no quadro, mas em nenhum momento observado, o professor senta junto ao aluno, questiona o que ele entendeu, tenta realizar uma fala diferenciada sobre o assunto abordado permitindo que o aluno com deficiência também entenda, nem mesmo com a atividade diferenciada há a preocupação de sentar junto, de questionar ou dialogar com o aluno.

Vigotsky, afirma que:

“[...] (a linguagem é, quase seguramente, o parâmetro do desenvolvimento mais influenciado pelos fatores sociais), ou então por uma insuficiente motivação, causada frequentemente pela posição em que se encontra o estudante: posição de sujeito alienado e não sujeito criativo. (VIGOTSKY, 2005).

Portanto se não há comunicação entre o professor e o aluno com deficiência intelectual, dificilmente será garantida sua aprendizagem, mas em muitos momentos o



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

professor nem percebe que a falta desse diálogo, dessa comunicação é que acaba influenciando em todo o processo de desenvolvimento desses alunos.

Esses alunos geralmente frequentam salas de recursos, nessas salas o aluno deveria ter um atendimento diferenciado, focado em suas potencialidades, visando realmente desenvolver o aluno, mas infelizmente mais uma vez, observou-se que as atividades são estanques e repetitivas, que não há uma preocupação com a potencialidade do aluno, e sim uma tentativa de alfabetizar essa criança, utilizando diferentes atividades, sejam essas, concretas, cópias repetitivas ou outras, e mais uma vez a linguagem se restringe a comandos em como realizar a atividade e não uma reflexão junto com o aluno proporcionando-lhe o desenvolvimento da criatividade.

Conversando com um dos alunos, esse revelou que gosta de ir para a escola, porque um dia ele vai aprender, mas que agora ele não consegue aprender nada, por isso, precisa copiar.

Conversando com os professores, esses revelaram muita angústia em não saberem como trabalhar com esses alunos. Já que as salas de aula regular têm um número expressivo de alunos, e que no tempo que ficam em atendimento individual do aluno com deficiência, os demais ficam sem atendimento e acabam tumultuando a aula.

Além da pouca formação, os professores relataram que falta tempo para conversar com a coordenadora que poderia auxiliar no planejamento de atividades para esses alunos.

Disseram ainda que, o aluno é avaliado e encaminhado para a sala de recursos, mas que a equipe que avaliou nunca fez uma conversa com os professores das turmas, que não tem contato ou diálogo com os professores da sala de recursos para poderem pensar juntos como auxiliar esse aluno, e que tudo isso é frustrante, pois sabem da importância da inclusão e da necessidade de atendimento a diversidade em sala, mas que muitas vezes essa é uma demanda humanamente impossível de concretizar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa revela que há muitos desafios a serem superados pelas instituições escolares afim de atenderem realmente à demanda da inclusão, como



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

descrito na legislação. Afinal ensinar na diversidade considerando as individualidades não é tarefa fácil.

A legislação vigente não dá conta de conduzir a atuação do professor dentro da instituição, e para além da legislação, é demasiado complicado pensar sobre uma diversidade que a cada dia se modifica.

Os desafios são muitos e grandiosos, porém, ficar de braços cruzados ou se limitando em cumprir um cronograma ou um currículo pré estabelecido tampouco auxiliará no desenvolvimento intelectual das crianças com deficiência intelectual que se encontram inseridas nas salas regulares não apenas do município de Telêmaco Borba.

Mas após a análise das observações realizadas, é possível apontar caminhos. Um diálogo efetivo entre as instituições de ensino e a equipe que avaliou esse aluno, assim como um diálogo constante entre as instituições que atendem esse aluno, já iriam sem sombra de dúvida, auxiliar na condução dos trabalhos. O diálogo permite que os profissionais apresentem o que estão fazendo, cada um em seu ambiente, e juntos pensem em como podem melhorar para atender de maneira efetiva esse aluno.

Uma formação continuada para os profissionais seria outro ponto importante, conhecer sobre a deficiência intelectual, quais limitações trazem consigo, mas o mais importante conhecer as potencialidades que as limitações apresentam. Compreender como atuar nas potencialidades para superar as dificuldades.

Todo ser humano é capaz de aprender, basta que se use os recursos, as metodologias e métodos adequados a cada um.

A intenção da presente pesquisa é que a partir da primeira reflexão outros estudos sejam realizados, visando sempre a superação do que se apresenta, para que dessa forma, o aluno com deficiência intelectual seja o maior beneficiado e que os desafios postos aos profissionais possam também ser superados.

## REFERÊNCIAS

BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. A Escola Como Lugar de Integração (Ou Segregação?) das Crianças Portadoras de Deficiência Intelectual. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 6, n. 1, p. 112-127, 1996.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em 23 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 23 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 8069 de 1990**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf). Acesso em 23 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 10098 de 2000**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em 23 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 10436 de 2000**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em 23 de ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 7853 de 1989**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>. Acesso em 23 de ago. 2016.

LEONTIEV, Alexis et.al Trad. Rubens Eduardo Frias. **Psicologia e Pedagogia**. Bases Psicológicas da aprendizagem do desenvolvimento. São Paulo: Centauro, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, out./dez. 2012.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### GESTÃO DA ESCOLA INCLUSIVA RELACIONADA À DEFICIÊNCIA AUDITIVA

FILHO, James Meurer<sup>1</sup>  
JUNIOR, Jorge Luiz Vella<sup>2</sup>  
MACHADO, Gabriel<sup>3</sup>

#### RESUMO

Considerando que há muitos artigos que tratam sobre gestão escolar, este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama dos estudos já realizados a respeito de, como a gestão escolar busca auxiliar estudantes com deficiência auditiva a ter uma melhor aprendizagem, assim destacando como as pesquisas na área de gestão escolar têm tratado o tema. Para tanto necessitou-se pesquisar como o tema era abordado nos livros, “Gestão educacional: Uma Nova Visão”; “Construindo as trilhas para a inclusão”; “Escola inclusiva: Linguagem e mediação”; “Inclusão: Um guia para educadores”. Para complementar, analisou-se também os artigos “Conhecimentos de professores sobre perda auditiva e suas atitudes frente à inclusão” e “A reabilitação do deficiente auditivo visando qualidade de vida e inclusão social”. Desse modo, observou-se que apesar dos esforços feitos para uma melhora na aprendizagem dos estudantes nesta condição, ainda há vários obstáculos que dificultam que a gestão escolar possa os auxiliar de forma eficiente, dentre estas dificuldades, destaca-se os docentes que não possuem formação na Língua Brasileira de Sinais, o que é agravado quando a escola possui as correntes do tradicionalismo da gestão escolar, a qual faria com que a gestão não verificasse se as ações tomadas para a inclusão do estudante com deficiência auditiva, não estaria resultando no oposto. O que permite concluir que a gestão escolar precisa se atualizar constantemente, pois se esta, se mantém estática, alunos com necessidades especiais são prejudicados, assim afetando negativamente toda a construção de uma escola inclusiva.

**Palavras-chave:** Deficiência auditiva; escola inclusiva; gestão escolar.

---

<sup>1</sup>Formando em Licenciatura em Física, IFPR, Telêmaco Borba, Paraná, jamesmeurerfilho@gmail.com

<sup>2</sup>Formando em Licenciatura em Física, IFPR, Telêmaco Borba, Paraná, vellajunior2008@hotmail.com

<sup>3</sup>Formando em Licenciatura em Física, IFPR, Telêmaco Borba, Paraná, gabriel.machado.tb@gmail.com



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

### INTRODUÇÃO

Os problemas escolares sempre são preocupações do cotidiano mundial, e são muitos, como qualidade dos professores, o ambiente escolar, o uniforme, comportamento de alunos e colaboradores, gestão escolar, dinheiro para fazer tudo funcionar, métodos de ensino, alunos com deficiência, fatores sociais de cada indivíduo integrante da escola, ou seja, existem muitos fatores que influenciam no ambiente escolar. Desta forma este não é um ambiente simples de controlar devido à grande complexidade e interação entre indivíduo, ambiente, método, fatores externos e muitas outras variáveis.

Um dos principais objetivos da escola é o ensino/aprendizagem, e tratando-se disso, cabe aqui uma breve explicação sobre o processo que faz com que um ser humano aprenda algo. Isto é estudado pela neuropsicologia junto com a psicologia evolutiva em conjunto com a cognitiva, e como é citado por Gomes et.al. (2012), estes ramos da psicologia tratam das relações entre as funções e os processos cognitivos das aprendizagens com as ligações neurológicas que sustentam tais conhecimentos adquiridos.

Além de estudar o processo de ensino/aprendizagem, os setores citados acima tratam também das deficiências deste processo, ou seja, focam tanto na meta que é ensinar e aprender, como nas dificuldades que aparecem no caminho. Deste modo, a neuropsicologia tenta aplicar métodos e estratégias de educação dependendo de cada caso de déficit, seja no caso de um problema de audição, eles tentam minimizar as dificuldades de ensino/aprendizagem, de modo que o aluno aprenda com menos barreiras, ajudando diretamente na qualidade de vida dele e seus familiares.

Gomes et.al (2012) mostra que é do interesse da neuropsicologia explicar as mudanças entre uma criança e um adulto, passando pelas fases da imaturidade, dismaturidade e maturidade, e quando fala que "a sincronização maturacional de vários sistemas neurofuncionais que presidem ao surgimento de novas capacidades de aprendizagem sugere uma integração sistêmica e informacional entre o corpo e o cérebro", quer mostrar que durante o lento processo de maturação, vão surgindo no cérebro outras formas de ligações em áreas sensoriais e motoras, ou seja, a maturação ocorre justamente por estas mudanças em um dos principais órgãos do corpo humano.





## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Ainda neste assunto de maturidade, Gomes et.al, (2012), citando um estudo, defende que existe uma hierarquia de aprendizagem, sendo a primeira interação a ser aprendida, a linguagem corporal (ainda em bebês), seguida da fala e da escrita (já com o indivíduo com mais idade e com o cérebro sofrendo tais mudanças citadas anteriormente).

Com base nestes fatos sobre como é o processo de aprendizagem, este artigo focará na situações em que isso não ocorre com tanta normalidade, mais especificamente em indivíduos com problema de audição e mostra relatos e análises feitas em escolas, além de abordar os diferentes métodos de diminuição de problemas auditivos e mitos sobre a surdez, que pessoas sem esta vivência provavelmente não conhecem.

### **OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO**

O objetivo deste trabalho é realizar um panorama dos trabalhos acadêmicos que tratam da relação da gestão escolar com a deficiência auditiva, destacando a forma como a gestão busca auxiliar a aprendizagem do estudante. Para tal precisou-se pesquisar sobre o tema, averiguar a forma como cada fonte poderia auxiliar para a realização de um panorama e analisar cada um dos trabalhos acadêmicos.

### **METODOLOGIA**

Para pesquisar foi analisado os livros, “Gestão educacional: Uma Nova Visão”; “Construindo as trilhas para a inclusão”; “Escola inclusiva: Linguagem e mediação”; “Inclusão: Um guia para educadores”, os quais foram selecionados por tratar do assunto de forma didática que assim possibilitou compreender melhor o tema. Para complementar, analisou-se também os artigos “Conhecimentos de professores sobre perda auditiva e suas atitudes frente à inclusão” e “A reabilitação do deficiente auditivo visando qualidade de vida e inclusão social” os quais tratam o assunto sobe uma perspectiva diferente o que por sua vez, permite uma percepção mais ampla sobre o tema.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo MARGALL et.al (2006), cerca de 10% da população mundial possui alguma necessidade especial, devido a muitos tipos de distúrbios, seja algo físico, psicológico, traumático, entre outros. Estas necessidades especiais valem não somente para casos de déficit, mas casos de superdotação ou altas habilidades também precisam de atenção diferenciada.

Analisando este dado de forma mais simples, pode-se dizer que a cada 100 pessoas, 10 tem alguma diferenciação em algum sentido físico ou psicológico, e isto afeta não só o portador, mas também as pessoas ao seu redor como familiares, amigos, professores, vizinhos, entre outros cidadãos. Vale ressaltar que este dado sobre necessidades especiais é para zonas estáveis, ou seja, em lugares com guerra, miséria, epidemias a porcentagem é ainda maior.

Focando agora na situação da educação de surdos/mudos no Brasil, pode-se dizer que antes do contato da criança no ambiente escolar, a família geralmente é a primeira a perceber que há algo diferente na audição dela, dando os primeiros sinais de problema ainda em casa, como diz REILEY (2012) p. 68.

Quando uma criança sem fala, e com necessidades especiais marcantes, chega na escola inclusiva, seja precocemente, no nível de educação infantil, seja mais tardiamente no ensino fundamental, já ocorreu alguma constituição de modos de comunicação da dinâmica da família. Os familiares mais próximos já descobriram, ou inventaram, maneiras de ler (ou adivinhar) os desejos e as necessidades da criança. Um fato mostrado por Reiley (2012) é que durante a comunicação entre um falante e um deficiente auditivo, não se deve dar sinais de entendimento de sons sem significado feitos pelo surdo, ou seja, não é saudável para ele pensar que o que ele tentou dizer foi entendido pelo outro, e que de fato não foi compreendido.

A autora continua dizendo que as crianças usam expressões corporais para responder a este ou aquele questionamento, porém estas formas de comunicação não são suficientes para a vida em uma sociedade mais complexa, muito menos em um ambiente escolar.

Deste modo pode ser relacionada a análise que será explicada mais adiante de



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

PINHEIRO, OMOTE (2010), em que os professores dos primeiros anos sabiam como se comunicar com alunos com necessidades, em comparação com os educadores de anos mais adiante. Este fato mostra que o contato com pessoas surdas/mudas, faz com que quem esteja comprometido, vá além e busque formas de inclusão, seja no ambiente familiar ou escolar. Segundo PINHEIRO, OMOTE (2010), é possível minimizar os problemas da deficiência auditiva de várias formas, como por exemplo utilizando aparelhos de amplificação sonora, sistema de frequência modulada e implante coclear. Desta forma, percebe-se que existem muitos níveis de deficiência auditiva, e recursos que podem levar a um maior nível de inclusão.

STAINBACK (1999) mostra que o objetivo da inclusão não é apagar as diferenças, mas criar uma rede educacional que leve em conta a individualidade, e a questão da, auto identidade é fundamental para a melhora do aproveitamento escolar. Conforme REILEY (2012) a "fala" é uma ferramenta de grande diferença na interação social assim como na escola, por isso a importância de quando possível, usar aparelhos que ajudem na diminuição dos efeitos da surdez. Existem várias abordagens que a gestão escolar pode submeter o aluno para uma recuperação dos resquícios da audição e conseqüentemente melhora da, auto identidade, como explica MARGALL et.al.(2006), podem ser usadas as técnicas:

- a) Oralismo: Provavelmente a forma mais eficiente de comunicação, que pode levar o sujeito a maior integração. O estímulo pode ser unissensorial, onde a audição residual será o foco, então, são usados aparatos tecnológicos a fim de desenvolver tal sentido, e conseqüentemente a fala. Já o estímulo multissensorial é composto de artifícios visuais em conjunto com a leitura de fala(labial).
- b) Comunicação Total: Este tipo aceita qualquer forma de comunicação sem exigências, onde a criança é suscetível a uma grande variedade de informações, sejam elas auditivas, manuais, orais, gráficas, visuais, e então ela escolhe aquilo que tem mais afinidade, a fim de melhorar sua habilidade de comunicação.
- c) Bimodalismo: É baseado na audição residual, usada junta com técnicas de sinais estruturados conforme a linguagem oral.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

d) Bilinguismo: Surge a partir da proposta de mesclar duas línguas, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa oral e escrita. Onde a LIBRAS será a primeira língua, e será usada de plataforma para o aprendizado da oral e escrita.

Analisando estes recursos que supostamente estão disponíveis aos portadores de deficiência, considera-se que houve um avanço, porém tudo depende do suporte financeiro de cada indivíduo de poder adquirir um aparelho que minimize os efeitos da surdez, ou quando se trata da disponibilidade do ensino de Libras durante toda a vida escolar, o aluno fica dependente do Estado, que nem sempre garante um direito na prática.

Além destes recursos, Reiley (2012) defende que os pais das crianças com deficiência na audição coloquem os filhos o mais cedo possível no sistema educacional, desta forma os familiares podem aprender os sinais juntos e causando um maior contato familiar, em contrapartida a autora cita casos em que a família não está aberta a novas formas de comunicação porque assim, o indivíduo portador de necessidades especiais pode perguntar mais, reclamar mais, questionar e reivindicar mais coisas.

Existem professores que defendem a inclusão de alunos com necessidades especiais em classes comuns, como PINHEIRO, OMOTE (2010), deste modo os estudantes com deficiência terão o mesmo professor e o mesmo método de aula, mas cabe a cada educador determinar o quanto cada um está rendendo na aprendizagem.

Este fato é difícil de perceber, pois mesmo em uma sala de aula com alunos sem deficiências já existe muita disparidade no intelecto de cada um, então, pode-se dizer que em um ambiente com mais diversidade de alunos, haverá ainda mais diferenças.

Mostrando um estudo feito em uma escola e depois de um questionário submetido a diversos educadores, PINHEIRO, OMOTE (2010) explica que orientadores sabem da existência de diversos níveis de perda auditiva de seus alunos, e expõe a grande diferença de experiência que os professores de 1° ao 4° ano têm, em comparação com os do 5° ao 8°.

Tal disparidade, deve-se ao fato de os professores dos menores terem contato contínuo com os alunos, enquanto os do 5° ao 8° somente se veem quando a aula é da matéria específica de cada um. Isto pode afetar o desenvolvimento intelectual do aluno,



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

pois o jovem pode se sentir confortável com um professor sempre presente, e que aprende a entender melhor as suas necessidades.

Já quando o estudante passa ao 5º ano, ele tem contato diário com um orientador diferente, o que pode levar a grande diferença de tratamento de cada professor. Este choque pode levar o portador de deficiência auditiva a desistência na continuidade escolar, ou também a ter maior interesse a determinada matéria somente porque o professor de tal disciplina tem maior afinidade ou facilidade em superar as dificuldades de comunicação.

Neste contexto Reiley (2012) afirma que é muito difícil fazer com que todos os professores tenham fluência em LIBRAS, situação utópica para ela, porém diz que é muito importante que um professor ou intérprete mostrem interesse e esforço em se comunicar com o aluno e incluí-lo socialmente. Quando se analisam quais métodos são utilizados para ajudar na inclusão, PINHEIRO, OMOTE (2010) conclui que 65% ainda utilizam somente a comunicação oral, 25% usam gestos de apoio, e somente 10% pedem apoio a pessoas que têm conhecimento em Libras.

Reiley (2012) mostra vários fatos sobre a surdez e a linguagem de sinais, e segundo autora quem não vive esta realidade não tem conhecimento. O primeiro mito é que a língua de sinais é exclusividade dos surdos, o que não é verdade pois ouvintes com distúrbios de fala podem se apropriar deste recurso, e lembra ainda que quando existe uma barreira, criativamente o Homem busca forma de passá-las. Outro mito é que a língua de sinais é um código incompleto.

Esta afirmação é incoerente pois esta linguagem é uma forma completa de comunicação, pois sinais e expressões faciais e corporais se complementam na interação entre os indivíduos.

Um fato importante de ser mostrado é que a datilografia, que consiste nas letras sinalizadas com as mãos, não deve ser confundida com a linguagem de sinais, porque a datilografia é um código, onde cada letra é mostrada de uma forma específica, não cabendo interpretação. Enquanto isso, na linguagem de sinais o sentido é dado a partir dos sinais em conjunto com expressões faciais e corporais, sendo desta forma uma maneira completa de comunicação.

Segundo Reiley (2012), 90% dos surdos tem os pais ouvintes, então ela defende



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

a conexão das crianças surdas com outros portadores da mesma deficiência para que aprendam a língua de sinais o mais cedo possível na escola. A autora afirma que o aprendizado precoce é fundamental, e que pesquisas mostram um desempenho escolar equivalente entre crianças falantes e outras não falantes, mas que tiveram contato com a LIBRAS desde muito pequenas.

Um fato importante e com relação a personalidade do aluno é mostrado por Stainback (1999), quando relata que as vozes dos alunos precisam ser ouvidas, e para isto, propõe que aconteçam reuniões para que formem amizades e parcerias.

Esta ideia é defendida pela autora porque ela defende que os indivíduos desenvolvam uma auto identidade positiva, e com isso tenham opinião própria, e poder de escolha, seja de qual esporte prefere ou qual roupa gosta de usar, além de criar uma personalidade definida.

Colombo (2004) espera que ocorra o nascimento de um novo ciclo por meio de uma gestão que deixa a escola capaz de entender, perceber necessidades de mudanças e principalmente de renovar-se constantemente. A escola ainda é comparada com uma empresa que teve sucesso no passado, mas que precisa de uma contínua renovação para continuar com um caminho de sucesso. A autora defende uma gestão moderna, com plena liberdade e sem as correntes do tradicionalismo que impedem a renovação.

Com a análise de todos estes dados, pode-se afirmar que a gestão escolar deve considerar o aluno e suas vontades na hora de tomar medidas inclusivas, além de serem flexíveis, adaptativas e sensíveis às reivindicações de seus integrantes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Familiares e professores são as pessoas que mais têm contato com os deficientes auditivos, desta forma, eles têm muitas responsabilidades sobre esta situação inclusiva. Para Reiley (2012) p. 68, "a família é a principal aliada da escola", então uma melhoria da qualidade de vida do aluno surdo/mudo tem muita chance de acontecer se a família for compreensível e tomar atitudes corretas em conjunto com uma escola operada sob uma gestão inclusiva.

Já em relação aos professores PINHEIRO, OMOTE (2010) p. 5, opina:



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Com relação às atitudes sociais acerca da inclusão, pelo fato de o fundamento da educação inclusiva apoiar-se na proposta da igualdade de direitos e de esse argumento ser algo praticamente incontestável, não causa estranheza que os professores ofereçam respostas semelhantes para os itens ideológicos da escala.

E completa PINHEIRO, OMOTE (2010) p. 6: "professores são ideologicamente favoráveis à inclusão, mas não tem conhecimentos suficientes para operacionalizar".

Desta forma pode-se afirmar que há uma certa preocupação com a inclusão, mas não existe conhecimento suficiente para colocar a ideia em prática. Tal discurso pode servir também, como uma forma de terceirização de responsabilidade, por exemplo, os educadores defendem que haja inclusão, porém não operam de modo a executá-la. Isto pode ser afirmado com base no estudo de PINHEIRO, OMOTE (2010) onde 65% dos professores analisados usam a comunicação oral, enquanto somente 10% têm acesso a um intérprete de Libras. Eles acreditam na plena escolarização de indivíduos com deficiência, porém pouco é praticado.

Já Stainback (1999) mostrando exemplos de inclusão da década de 90 do século passado, diz que a inclusão insere crianças com mais necessidades em uma sala de aula com outros colegas, porém as necessidades destes colegas nem sempre são muito diferentes do aluno especial, então os professores e gestores de escolas não-inclusivas podem também ser mediadores de escolas inclusivas eficientes.

Quando se refere a dificuldade de aprender LIBRAS, Reiley (2012) p.118 afirma que "o sistema ganhou status de língua, com uma gramática própria, relacionada a lógica dos movimentos e ao complemento da expressão facial e corporal que integram os sentidos". Desta forma, pode-se afirmar que a linguagem não é simples, pois um gesto não é apenas uma simples representação de uma palavra, e sim acompanhado de certa intensidade e uma expressão facial e corporal, o que deixa a interação mais completa e complexa.

Com isso pode-se entender que os professores tenham preocupação em melhorar o problema de inclusão de surdos e mudos, porém já é esperada certa dificuldade na aprendizagem de LIBRAS por parte dos professores, que serão os instrumentos de inclusão mais próximos fora da família. Então como os instrumentos de inclusão possuem problema na nova língua, a inclusão não será como o esperado.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Então para que haja realmente um início de inclusão, é preciso que os professores recebam um treinamento que efetivamente possibilite uma melhor comunicação, e talvez mais importante do que isso, antes do aluno surdo estar compreendendo o que é ensinado em sala de aula, é necessário que o indivíduo com deficiência auditiva seja incluído socialmente, primeiro em casa com os familiares e amigos, e então na escola com colegas e professores, assim existirá a equivalência de tratamento que se espera, para dar início ao aprendizado escolar. Antes de ensinar as disciplinas, é preciso criar no indivíduo uma auto identidade positiva como defende Stainback (2007).

Stainback (1999) citando Strully (1985), mostra que os pais e educadores que apoiam as crianças com deficiência a ter somente amigos com deficiência e participar de eventos para estas pessoas, incentivam a segregação. Com base neste fato, os portadores de deficiência estarão ainda mais isolados e longe da inclusão mesmo em um ambiente familiar.

Novamente é mostrada a importância de colocar os portadores de problema de audição em contato com indivíduos ouvintes. Ressaltando a importância da comunicação entre alguém que não escuta e um ouvinte normal, talvez fosse importante a inclusão do curso de LIBRAS já no ensino infantil e médio, para que a grande maioria da sociedade saiba como proceder não somente com colegas de sala de aula, mas também com pessoas com deficiência auditiva no trabalho, na fila do banco, no ônibus, havendo assim uma real inclusão no mundo real e não restrita somente ao ambiente escolar.

O caminho para a inclusão escolar de estudantes com deficiência de audição é longo e encontra muitas dificuldades, porém existem leis que, na teoria, garantem intérpretes de LIBRAS nas escolas, mas este não é a solução do problema como foi analisado no artigo, pois nem todos os professores utilizam intérpretes, e nem sempre o aluno aprende com o intérprete que muitas vezes acaba se tornando um amigo do estudante, por questões da facilidade de comunicação se comparado aos outros colegas que não se interessam em criar uma relação com o deficiente auditivo.

Este caminho começa no ambiente familiar, cabendo a família perceber os primeiros sinais de problemas de audição e tratar disto o mais breve possível, seja com





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

as técnicas de recuperação de audição, seja com o ensino de LIBRAS.

A família continua sendo uma parte fundamental na inclusão destas pessoas, além de uma gestão escolar que possibilite o ensino/aprendizagem o mais próximo possível da normalidade.

### REFERÊNCIAS

COLOMBO, S.S, et.al. **Gestão Educacional: Uma Nova Visão**. 264 p. Reimpressão 2012. Ed Artmed. Porto Alegre, RS. 2004.

GOMES et.al. **Construindo as trilhas para a inclusão**. 2ºed. Petrópolis, RJ. Ed Vozes. 2012.

MARGALL, S. A. C; HONORA, M; CARVOLICH, A. L. **A reabilitação do deficiente auditivo visando qualidade de vida e inclusão social**. O Mundo da Saúde 30.1 (2006): 123-128.

PINHEIRO, E. M. C. D; OMOTE, S. **Conhecimentos de professores sobre perda auditiva e suas atitudes frente à inclusão**. Rev. CEFAC 12.4 (2010): 633-40.

REILEY, L. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**.188 p. 4ºed. Campinas, SP. Ed Papyrus. 2012.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. 456 p. Reimpressão. Porto Alegre. 2007.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### HISTÓRIAS EM QUADROINHOS E SALA DE RECURSOS: FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR

LIMA, Sandra Vaz<sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho aborda questões relacionadas à leitura a partir do gênero textual história em quadrinhos, trazendo reflexões sobre a prática de leitura, que na grande maioria não se efetiva de forma significativa e não faz parte do cotidiano dos educandos, principalmente daqueles que frequentam a Sala de Recursos, que apresentam dificuldades de aprendizagem e têm defasagem de conteúdos. A Educação Especial como modalidade de ensino, oportuniza, aos alunos com necessidades especiais o acesso aos conhecimentos por meio de serviços especializados, como a Sala de Recursos, funcionando como apoio complementar para obterem sucesso no âmbito escolar. Para tanto, o trabalho com HQ busca despertar o interesse pela leitura, por meio de fatos da atualidade, com senso crítico e determinação sociodiscursiva interacionista, permitindo ao educando a oportunidade de ter experiências narrativas significativas, com compreensão do enredo, conhecimento sobre o tempo e o espaço, contato com personagens, ou seja, aproxima o leitor do texto, à medida que há um envolvimento e identificação com o que estão lendo. A HQ estimula o hábito de leitura pela representação visual e verbal e a forma lúdica com que é apresentada, colabora com o desenvolvimento pleno do educando e estimula o processo cognitivo.

**Palavras-chave:** História em quadrinhos; Leitura; Senso crítico.

---

<sup>1</sup>Graduada em Letras/ Inglês/ Espanhol e Pedagogia; Especialista em Educação Especial, Psicopedagogia Clínica e Institucional e História, Arte e Cultura; Mestranda em Letras (UENP), Telêmaco Borba, Paraná, profsandravaz@gmail.com.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### INTRODUÇÃO

A leitura é uma prática importante na vida profissional e social dos indivíduos, sendo essencial para o processo de ensino e aprendizado significativo, portanto pela leitura se abrem novas oportunidades para aprofundar saberes sobre o mundo, de forma a atuar ativamente na sociedade como um cidadão participativo.

Entretanto, percebemos que o hábito de leitura em nossos alunos do ensino da Sala de Recursos está longe de ser efetivo, a grande maioria não se conscientiza da importância deste ato, muitos leem por obrigação e somente o que é solicitado, não conseguem visualizá-lo como algo prazeroso, e não tem motivação de ler espontaneamente, perdendo a oportunidade de conhecer e usufruir de experiências novas, importantes ao desenvolvimento sociocognitivo.

O trabalho desenvolvido na Sala de Recursos, remete à elaboração de novos meios de ensino e aprendizagem, conforme as especificidades de cada um, assim o aprendizado deve ser mais dinâmico e relacionado à necessidade de cada educando. Nesse sentido, as histórias em quadrinhos (HQ), com o uso de imagens em situações contextuais, constitui uma alternativa que trabalha assuntos de modo atrativo e prazeroso, facilitando a assimilação dos conteúdos, conforme as áreas do conhecimento.

A partir do exposto, buscamos despertar nos alunos o interesse pela leitura por meio das histórias em quadrinhos, para que desenvolva o prazer pelo ato de ler, uma vez que, com a utilização de diferentes linguagens e com a retomada temática de fatos do cotidiano, haja o intercâmbio entre o educando e a leitura e, portanto, efetive-se o modo de ensinar e aprender.

A escolha do gênero histórias em quadrinhos se deu pelo fato de envolver, ademais dos elementos verbais, a linguagem não verbal, que desperta o gosto pela leitura, pois as palavras e as imagens tornam a história mais atraente, com possibilidades de serem trabalhadas em sala de aula. É nesse espaço no qual o educando tem a oportunidade de entrar em contato com novos saberes de maneira lúdica que se poderá promover o intercâmbio rumo à formação do aluno leitor.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

#### Geral

- Investigar como as histórias em quadrinhos podem despertar o interesse pela leitura, dos alunos da Sala de Recursos, por meio de fatos da atualidade, com senso crítico e determinação sócio discursiva interacionista.

#### Específicos

- Identificar como as HQs, com as diferentes linguagens que as compõem, colaboram para a formação do aluno leitor, adaptando-as ao seu cotidiano;
- Reconhecer o papel da escola em promover o intercâmbio entre o aluno e a leitura, possibilitando o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;
- Apontar novas possibilidades de utilização das HQs no âmbito educacional, considerando diversas vozes e contextos socioculturais na escola.

### METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa consiste em pesquisa qualitativa e exploratória, segundo Minayo (2003), a pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Conforme Gil (1999) um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

O projeto de intervenção foi realizado no Colégio Estadual Jardim Alegre. No município de Telêmaco Borba – Paraná. A instituição de ensino atende, aproximadamente, 600 alunos, distribuídos em 18 turmas, nos períodos matutino, vespertino e noturno. O trabalho foi direcionado à turma de Sala de Recursos, sendo 12 alunos participantes.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

A metodologia seguiu o método criativo proposto por Bordini e Aguiar (1989), “associando usualmente a práticas de caráter artístico, em específico as histórias em quadrinhos, como um meio que proporciona a apropriação e a transformação social, com vistas ao conhecimento trabalhado de forma não exclusiva”.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

As HQs apresentam muitas possibilidades a serem trabalhadas em sala de aula, sendo um recurso valioso para a formação do aluno leitor. Portanto, desenvolveu-se um trabalho com os alunos da Sala de Recursos Multifuncional I, que conforme a Instrução n.º 011/08 - SUED/SEED: é um serviço de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Participaram das atividades 12 alunos, sendo atendidos por cronograma 2 vezes por semana, para o ingresso na Sala de Recursos o aluno deve:

Estar matriculado e frequentando o Ensino Fundamental, na classe comum das séries iniciais, podendo o serviço estender-se a alunos de escolas próximas nas quais ainda não exista esse atendimento.

Ter sido submetido à avaliação psicoeducacional, realizada no contexto escolar e registrada em relatório próprio contendo direcionamento pedagógico e indicação dos procedimentos adequados às necessidades educacionais levantadas.

Ter sido submetido a avaliação psicoeducacional no contexto escolar, realizada inicialmente pelo professor da classe comum, com apoio do professor especializado e/ou da equipe pedagógica da escola e, complementada por psicólogo e outros profissionais (neurologista ou psiquiatra), além da equipe do Núcleo Regional de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, ainda, quando necessário, pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da SEED.

Quando o aluno da Sala de Recursos freqüentar a classe comum em outro estabelecimento, deverá apresentar relatório da avaliação pedagógica e declaração de matrícula deste. (INSTRUÇÃO N° 011/08)



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Assim, considerando que os alunos da Sala de Recursos necessitam de atendimento especializado, buscando sanar as dificuldades de aprendizagem conforme os estilos de aprendizagem de cada aluno, as HQs se tornam um recurso que chama a atenção e ajuda a desenvolver as potencialidades.

Hamze (in Silva e Brito, 2013) afirma que as HQs possuem potencialidade pedagógica especial e podem dar suporte a novas modalidades educativas, podendo ser aproveitadas nas aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências, Arte, de maneira interdisciplinar, fazendo com que o aprendizado se torne, ao mesmo tempo, mais reflexivo e prazeroso em nossas salas de aula.

As atividades desenvolvidas envolveram conteúdos de forma interdisciplinar, abordando aumento do vocabulário; trabalho com sistema de numeração, operações e situações problemas; desenvolvimento da criatividade; realização de atividades de artes; leituras; debates; vídeos; produção frases, textos e histórias em quadrinhos.

Buscou-se integrar diferentes linguagens nas aulas para contribuir com a dinamização do cotidiano em sala de aula, pois a diversificação da prática pedagógica melhora a compreensão dos alunos e conseqüentemente o desenvolvimento acadêmico.

Inicialmente realizou-se uma roda da conversa sobre as revistinhas, perguntando se sabiam quem montou as revistinhas. Foi explicada a estrutura das HQs e suas peculiaridades (balões, linguagens utilizadas, desenhos, dentre outras). E ainda trabalhado a biografia de Maurício de Sousa, fazendo a releitura de sua foto, bem como as diferentes profissões, explicando a atuação do cartunista. (Anexo 1)

Posteriormente foram trabalhadas as características de cada personagem, sendo feita a descrição e desenho de alguns, destacando a questão da diferença entre as pessoas, bem como o respeito e aceitação de cada indivíduo, que é um ser único e possui habilidades e potencialidades, cada aluno expôs aquilo que sabe fazer de melhor. (Anexo 2)

Foi realizado um livreto utilizando a obra “Alfabeto da Turma da Mônica”, onde para cada letra do alfabeto tem um poema que envolve os personagens e assuntos diversos, realizou-se a leitura, dobraduras e atividades de alfabetização e letramento. (Anexo 3)



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Eguti (In Silva e Brito, 2013) destaca que os quadrinhos têm como objetivo principal a narração de fatos procurando reproduzir uma conversação natural, na qual os personagens interagem face a face, expressando-se por palavras e expressões faciais e corporais.

Assim, a estrutura utilizada na confecção dos quadrinhos se torna responsável pela transmissão do contexto enunciativo ao leitor, onde o discurso utiliza a dicotomia verbal/ não verbal, onde tanto os desenhos como as palavras são necessários ao entendimento da história.

Observou-se que os alunos se sentiam atraídos pelas informações. Abrahão (in Santos, 2012) considera que a História em Quadrinhos, “denominada por ele “literatura em quadrinhos”, agrada às crianças uma vez que atende a sua necessidade de crescimento mental”.

As histórias em quadrinhos pela utilização de imagens permitiram uma melhor compreensão do que se está lendo, alguns alunos imaginavam o que poderia estar escrito, desenvolvendo assim a leitura expressiva, que gera idéias e novos conhecimentos. Isso foi fundamental no processo de formação do aluno leitor, pois com a significação das imagens auxiliou o entendimento do texto de forma significativa.

Devido às características da linguagem oral, aliadas aos recursos visuais específicos, a narrativa foi conduzida de maneira satisfatória, isso pelo fato, conforme Vergueiro (2007, p. 8 e 9) que das histórias em quadrinhos vão ao encontro das necessidades do ser humano, na medida em que utilizam fartamente um elemento de comunicação que esteve presente [...]: a imagem gráfica.

E pensando nas necessidades da turma, com os personagens Mônica e Cebolinha, foi focado o respeito e a valorização da amizade, montando uma árvore com o nome dos alunos, um cartaz com imagens ilustrando a união, e ainda escreveram recados que eram colocados nas pastas dos destinatários. (Anexo 4)

Diante deste contexto, a utilização de histórias em quadrinhos em sala de aula foi de grande valia, pois pela forma de comunicação visual e verbal os conteúdos foram desenvolvidos com diversão, entretenimento, pois se sabe que ter o domínio da língua, oral e escrita é fundamental para participar ativamente na sociedade.

Trabalhar a história em quadrinhos no processo de alfabetização e letramento



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

trouxe a possibilidade de estimular a imaginação e a criatividade. Conforme Camargo (2013), “a leitura desempenha um papel fundamental, tanto em nível individual como no coletivo: o indivíduo que lê está contribuindo para o seu enriquecimento pessoal e para sua compreensão do mundo”.

Dessa forma, como alguns alunos apresentam problema na fala, aproveitou-se o personagem Cebolinha em relação as diferenças e o respeito ao próximo, abordando a Dislalia e a importância do fonoaudiólogo, a grande maioria dos alunos relataram que frequentaram uma profissional e contaram os exercícios que faziam.

Além disso, com a personagem Magali foi trabalhado a leitura de histórias em quadrinhos, enfatizando seus hábitos alimentares, a importância de uma alimentação correta e balanceada para o crescimento e desenvolvimento, horários das refeições, mostrando a pirâmide alimentar e montando um livrinho sobre alimentação, bem como atividades relacionadas. (Anexo 5)

A história em quadrinhos irá subsidiar o desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação e reflexão do leitor, tornando o ensino mais lúdico e descontraído, onde professor e alunos têm a oportunidade de interação mútua.

Zilberman defende a seguinte ideia:

A criança e o adolescente precisam de um espaço para poder expressar o que a obra, seja ela qual for, suscitou dentro deles. Esse espaço depende do tipo de família e de escola em que eles estão. Se essas instituições forem de modelo autoritário, não haverá o necessário diálogo e as pequenas cabeças serão talhadas conforme a censura dos adultos decidir que devem pensar. Se forem igualitárias, mesmo diante de conflitos interpretativos, ideias e crenças serão postas em circulação irrestrita e cotejadas com os fatos concretos, alargando-se a visão de mundo dos leitores, tanto adultos como jovens. (ZILBERMAN, 1986, p.12)

Assim, buscou-se formar um aluno que seja capaz de compreender o que se está lendo, podendo fazer relações com a realidade em que está inserido, bem como estabelecer relações com leituras anteriores. E, ainda visando, maior participação do aluno durante a realização das atividades, com uma leitura coletiva, sendo que neste momento os alunos disputam para ler, tendo como uma solução que agrada a boa parte do alunado a divisão das falas dos personagens e também, a mediação da interpretação da história em quadrinho por parte do professor, possibilitando assim que todos os





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

alunos comentem um pouco da história.

O debate mediado pelo professor não insere apenas o aluno de forma mais efetiva em sala de aula, desenvolve habilidades interpretativas, analíticas e comparativas, pois propicia a realização de um intertexto com sua realidade e com outras obras, tanto literárias como midiáticas. O aluno também passa a sobrepor as linguagens verbal (palavras) e não verbal (imagens), conciliando as duas para interpretar de forma mais eficiente e crítica tanto as histórias em quadrinhos como outros gêneros que conciliam as duas linguagens, caso dos filmes, propagandas, entre outros.

Santos (2012) destaca que o potencial didático-pedagógico dos Quadrinhos envolve incentivo à leitura; utilização em livros didáticos; aprendizado de línguas estrangeiras; discussão de temas; dramatização; educação popular etc.

Com o personagem Chico Bento foi trabalhado a preservação e cuidados com o meio ambiente, debatendo sobre as tragédias provocadas pelas chuvas, das secas, dos ventos, dentre outros. Foi assistido o vídeo “Óia a Onça”, feito uma roda de conversa, questionando os alunos sobre quais conhecimentos sobre o meio ambiente foram abordados no desenho animado, explorando a questão da extinção de muitos animais de nossa fauna.

Trabalhou-se uma HQ do Chico Bento, tratando da proteção do planeta, cuidado dos animais, bem como o lixo, conscientizando sobre a separação correta e realizando atividades sobre o assunto. (Anexo 6)

De acordo com Santos (2012) a História em Quadrinhos, “ao falar diretamente ao imaginário da criança, preenche suas expectativas e a prepara para a leitura de obras escritas”.

A partir do momento em que os alunos começaram a ter a experiência de folhear as páginas das histórias em quadrinhos, houve maior procura de outras obras, traziam textos sobre os assuntos trabalhados, numa troca recíproca de conhecimentos. Neste sentido, os alunos tiveram a oportunidade de interagir tanto com o professor, como com os colegas e com o material impresso, trocando ideias e aproveitando seus conhecimentos anteriores, numa dimensão coletiva.

Abramovich (1995, p. 158) destaca que “como em qualquer outra forma literária, se escolhem, se procuram as que dizem mais [...] Elas fazem parte integrante da cultura



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

deste século e é tolo e preconceituoso esnobá-las ou não levá-las a sério".

Com isso, ao utilizar as HQs percebeu-se a melhoria das condições de ensino, estando mais próximos de alcançar o principal objetivo, que é de mediar o conhecimento real e potencial, criando situações que suscitem a discussão acerca de valores, morais, sentimentos e atitudes.

Para Camargo (2013), nas histórias em quadrinhos a união de elementos verbais e icônicos, traz uma dupla articulação da linguagem, numa complexa relação entre visual e linguística, que amplia as possibilidades de encaminhamento da mensagem e perspectivas de recepção pelo destinatário.

Nesta perspectiva, os quadrinhos foram capazes de apresentar finalidades instrutivas, pois abordam assuntos e noções diversificados.

“As histórias em quadrinhos envolvem toda uma concepção de desenhos, de humor, de ritmo acelerado, de intervenção rápida das personagens nas situações com as quais se defrontam”. Podem abranger uma variedade múltipla, influenciando a estrutura mental da criança de maneira diferente da que ocorre com os conhecimentos mecânicos, formais e fragmentados, aos quais as crianças são apresentadas e que são desvinculados da realidade delas. (ABROMOVICH, 1995, p. 158)

A utilização das HQs no processo de aprendizado é um meio rico para os educadores, onde são várias as possibilidades encontradas que podem ser aplicadas na prática educativa, conforme a necessidade da turma, com o intuito de desenvolver atitudes críticas, aptidão artística, adquirir novos conhecimentos, despertando o interesse e criando o hábito da leitura sistemática.

[...] a inclusão das histórias em quadrinhos na sala de aula não é objeto de rejeição por parte dos estudantes, que, em geral, as recebem de forma entusiasmada, sentindo-se, com sua utilização, propensos a uma participação mais ativa nas atividades de aula. (VERGUEIRO, 2007, p.21)

Além disso, Vergueiro (2007, p.21) ressalta que as histórias em quadrinhos aumentam a motivação dos estudantes para o conteúdo das aulas, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico.

Com essa motivação pela leitura dos quadrinhos, há o incentivo de outros meios, como jornais, revistas e livros, colaborando para a formação do aluno-leitor, pois os



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

quadrinhos abordam temas globais e favorecem a aquisição de conhecimentos culturais, linguísticos e sociais.

[...] para o educador, as Histórias em Quadrinhos podem vir a ser uma poderosa ferramenta pedagógica, capaz de explicar e mostrar aos alunos, de forma divertida e prazerosa, a aplicação prática de recursos artísticos sofisticados, tais como perspectiva, anatomia, luz e sombra, geometria, cores e composição. (VEGUEIRO, 2007, p.131)

A utilização das HQs como ferramenta de apoio à aprendizagem, trouxe possibilidades que contribuem para a formação do aluno leitor e permite trabalhar assuntos diversos.

Com personagem Cascão foi destacada a questão da higiene e os cuidados que deve-se ter para manter uma vida saudável, desenvolveu-se atividades relacionadas a higiene bucal e corporal, trabalhando com a leitura de HQs, músicas, vídeos da Turma da Mônica e informativos. (Anexo 7). A utilização das HQs permitiram a interligação de texto e imagem, ampliando a compreensão de conceitos.

Na medida em que essa interligação texto/imagem ocorre nos quadrinhos com uma dinâmica própria e complementar, representa muito mais do que o simples acréscimo de uma linguagem a outra – como acontece, por exemplo, nos livros ilustrados -, mas a criação de um novo nível de comunicação, que amplia a possibilidade de compreensão do conteúdo programático por parte dos alunos. (VERGUEIRO, 2007, p. 22)

Assim, trabalhou-se com carimbos dos personagens para colocar os nomes e fazer frases, confecção de histórias em quadrinhos por meio de colagem. E ainda jogo de 7erros que serviu de inspiração para a produção de textos e HQs (Anexo 8)

Corroboramos com a postura Martins, apontada por Silva e Brito (SILVA e BRITO, 2013) destaca que as HQs é um gênero textual que tem atraído muito a atenção do jovem e do adolescente são as histórias em quadrinhos (HQ) e, por isso, tem sido ponto de partida para a formação de muitos leitores.

As histórias em quadrinhos são elaboradas de forma a entreter, têm figuras, são alegres e coloridas, com isso distraem os leitores, cuja sensação de divertimento pode ser percebida pela leitura das tiras, as quais de curta durabilidade e com histórias



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

simples e com uma linguagem, verbal ou não. Por isso é muito importante a veiculação dos personagens, de seus vestuários, de seu linguajar, procurando agradar o leitor. (MARTINS in SILVA e BRITO, 2013)

Por entreter, percebe-se que as HQs contribuíram para o divertimento, e ao mesmo tempo para o desenvolvimento da criatividade e imaginação, bem como melhor desempenho cognitivo, já que o aluno leitor começaram a criar expectativas sobre os personagens envolvidos, sobre a conduta deles nas situações criadas, e isso fez com que obtivesse prazer na leitura, assim trabalhou-se a montagem de HQs utilizando desenhos e recortes. (Anexo 9)

Assim, o gênero em quadrinhos pode e deve ser utilizado em sala de aula, além de ser proposto pelas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa, que enfatiza conceitos do campo da linguística e voltada para o ensino de gêneros, gêneros estes pertencentes a realidade do aluno.

Para Martins (in SILVA e BRITO, 2013) tanto a linguagem verbal apresentada nessas histórias, como também a linguagem não verbal: as cores, as expressões fisionômicas, os gestos das personagens, as características textuais influenciam na construção do significado e nas expectativas do leitor.

Utilizando os personagens da Turma da Mônica produziram diálogos, escolhendo o assunto que gostariam de abordar. Posteriormente dramatizaram, utilizando fantoches da Turma da Mônica. (Anexo 10)

E considerando o grande avanço tecnológico dos últimos tempos, e a importância deste recurso em sala de aula, os alunos tiveram acesso a CDs educativos e ao site [www.monica.com.br](http://www.monica.com.br), com jogos sobre alimentação saudável, animais, profissões, amizade, passatempos, entre outros. (Anexo 11)

Os alunos também tiveram a oportunidade de aprender como criar um e-mail, se cadastraram no site da Turma da Mônica e adquiriram as carteirinhas. (anexo12). Além disso, produziram HQs no site [www.maquinadequadrinhos.com.br](http://www.maquinadequadrinhos.com.br), tendo a oportunidade de utilizar toda sua criatividade, trabalhando em equipe para fortalecer os laços de amizade e socialização, aumentando o vocabulário, etc. (Anexo 13)

As HQs contribuíram muito para a formação do aluno leitor, por estimularem visualmente e pelo fato de conterem histórias simples, que provocam a curiosidade e a



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

imaginação. Conforme Vergueiro (2007, p.26) pode-se dizer que o único limite para seu bom aproveitamento em qualquer sala de aula é a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-los para atingir seus objetivos de ensino.

As atividades foram desenvolvidas de maneira interdisciplinar, onde foram feitas adequações das HQs ao conteúdo a ser trabalhado com os objetivos definidos, desenvolvendo o domínio dos conhecimentos sobre os elementos que constituem a linguagem quadrinizada (balões, sequência, ilustrações, etc), explorando suas possibilidades enquanto portador de texto com características específicas.

Nota-se que as histórias em quadrinhos agregam elementos essenciais que podem favorecer o aluno no desenvolvimento educacional e, porque não, na inclusão escolar também, devido ao fato deste instrumento pedagógico ser de grande interesse para a maioria das crianças.

O uso de pontos, linhas, cores e a composição em geral, facilitam a interpretação texto-imagem do aluno. Este processo pode induzir o aluno a chegar à escrita, auxiliando-o no processo alfabetização, mesmo que não saiba ler ou escrever direito.

Em vista disso, as HQs são utilizadas na educação como instrumento para a prática educativa, porque neles encontram-se elementos composicionais que poderiam ser bastante úteis como meio de alfabetização e leitura saudável, sem falar na presença de técnicas artísticas como enquadramento, relação entre figura e fundo entre outras, induzindo os alunos que não sabem ler e escrever a aprenderem a ler e escrever a partir de imagens, ou seja, estariam se alfabetizando visualmente.

Diante disso, durante as atividades desenvolvidas percebeu-se que as histórias em quadrinhos podem trabalhar concomitante a várias disciplinas, como história, português, biologia, geografia entre outras, como uma facilitadora no processo de ensino e aprendizagem e de uma maior compreensão do conteúdo de uma determinada área do conhecimento.

Segundo Pizarro (2012) quando os quadrinhos são utilizados adequadamente, permitem a reflexão crítica, que se constrói pela mediação do professor, devendo ir muito além “da simples leitura ou preenchimento de balões em branco como atividade para a escrita”.

As possibilidades de utilização das HQs em sala de aula são diversas, e cabe



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

ao professor saber aproveitá-las conforme a necessidade da turma e os conteúdos a serem trabalhados, assim, o professor inova os recursos didático-pedagógico, utilizando como um instrumento pedagógico viável e prático, sempre buscando a qualidade do ensino para que o aluno a uma melhor compreensão do conteúdo da disciplina apresentado durante as aulas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes necessários para o exercício da cidadania. Assim, com a realização do trabalho sobre as histórias em quadrinhos notou-se que quando há o rompimento da metodologia centrada apenas no livro didático, o rendimento das aulas se torna maior, pois as aulas são mais prazerosas e os alunos sentem-se motivados diante das atividades propostas.

As histórias em quadrinhos podem ser utilizadas em sala de aula para introduzir um tema, aprofundar um conceito já apresentado, gerar discussão a respeito de um assunto, ilustrar uma ideia, conforme os objetivos a serem atingido na aprendizagem.

Além disso, o aluno leitor tem a oportunidade de exercitar sua imaginação, existem pontos onde fica a cargo do leitor imaginar o que aconteceu naquele exato momento, de imaginar a imagem idealizada.

Realmente percebe-se que as HQ atraem os alunos, contribuindo para a formação do leitor, por serem estimulantes visualmente e por conterem histórias simples e que provocam a curiosidade e a imaginação da criança ou do adulto, tanto influem no contexto linguístico quanto no contexto social, propagando uma ideologia, a do autor.

Durante as atividades desenvolvidas com os alunos na Sala de Recursos, observou-se as possibilidade que linguagem gráfica tem de estimular o discente durante os exercícios práticos e teóricos, em termos de assimilar rapidamente o conteúdo apresentado, nas quais os quadrinhos auxiliaram o aluno em seu estudo ao se relacionarem a itens gramaticais (Língua Portuguesa), históricos (História), geográficos e ambientais (Geografia), alimentação (Ciências), entre outros.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Assim, as HQs se tornam um excelente exercício para aptidões e habilidades para o desenvolvimento cognitivo do leitor, despertando o interesse pela leitura e constituindo um ótimo subsídio ao trabalho do educador.

### REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ruth Schwichtemberg. **Trabalhando Historias em Quadrinhos em Meio Eletrônico.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/473-4.pdf?PHPSESSID=2009050809531861>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2018.

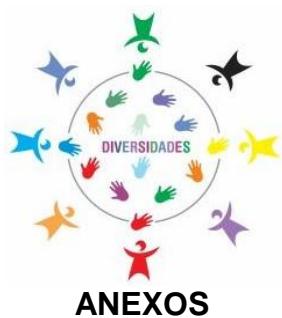
INSTRUÇÃO Nº 011/08 - SUED/S EED. **Sala de Recursos.** Disponível em: [www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao112008.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao112008.pdf). Acesso em: 24 de maio de 2018.

PIZARRO, M. V. **História em Quadrinhos:** a Turma da Mônica como recurso didático à prática pedagógica do professor da 3ª série do ensino fundamental. Disponível em: [http://aveb.univap.br/opencms/opencms/sites/ve2007neo/pt-BR/imagens/27-06-07/Escola/trabalho\\_85\\_anax20carolina\\_anais.pdf](http://aveb.univap.br/opencms/opencms/sites/ve2007neo/pt-BR/imagens/27-06-07/Escola/trabalho_85_anax20carolina_anais.pdf). Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **A Historia em Quadrinhos na Sala de aula.** Disponível em: [http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4905/1/NP11SANTOS\\_ROBERTO.pdf](http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4905/1/NP11SANTOS_ROBERTO.pdf). Acesso em: 05 de Dezembro de 2017.

SILVA E BRITO, Adriana Ribeiro de. **A importância das histórias em quadrinhos para a formação do leitor.** Disponível em: <http://periodicos.uems.br/novo/index.php/anaispba/article/viewFile/222/155>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro. Et all. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### Anexo 1



Releitura da foto de Mauricio de Sousa, após conhecer sua biografia, obras e personagens.

### Anexo 2



Livreto sobre as características dos personagens da Turma da Mônica, com cada um foi levantado a questão das diferenças, respeito ao próximo.





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Anexo 3



Obra Alfabeto da Turma da Mônica

Anexo 4



Cartaz confeccionado sobre a amizade, promovendo a socialização entre os alunos

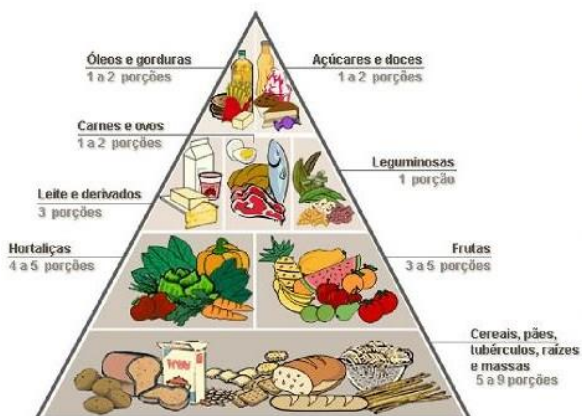


# II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

## Anexo 5



HQs sobre os hábitos alimentares



Pirâmide alimentar, enfatizando a importância de uma alimentação correta e balanceada.



Livreto sobre alimentação



# II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

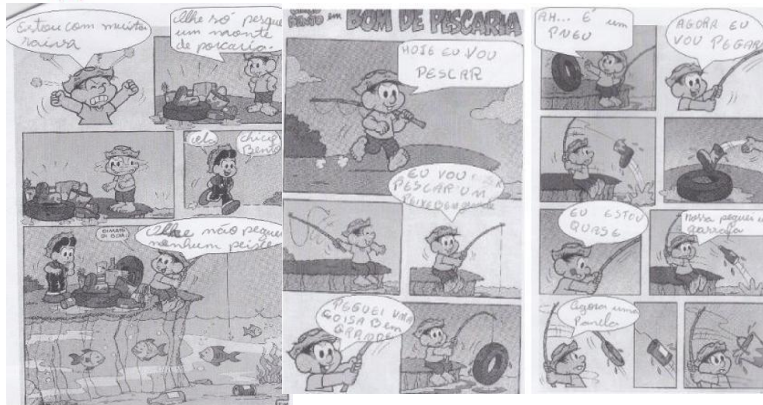
## Anexo 6



HQs do Chico Bento, tratando da proteção do planeta, cuidado dos animais.



# II SIMPODI Educação Especial Inclusiva



HQs com balões preenchidos

Trabalho sobre  
reciclagem, conscientização  
sobre a separação

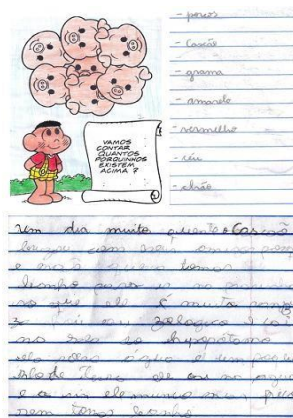
Anexo 7



Anexo 8



Atividade com carimbos,  
para nomear os



Wilson  
Tudo bem Wilson  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem

Diálogo 1  
C - Oi Casca  
E - Oi Casca  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem  
C - Vou se for futebol  
E - Estou bem

Diálogo entre os  
Cebolinha e



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### Anexo 9



Confecção de HQs utilizando desenhos e recortes.

### Anexo 10

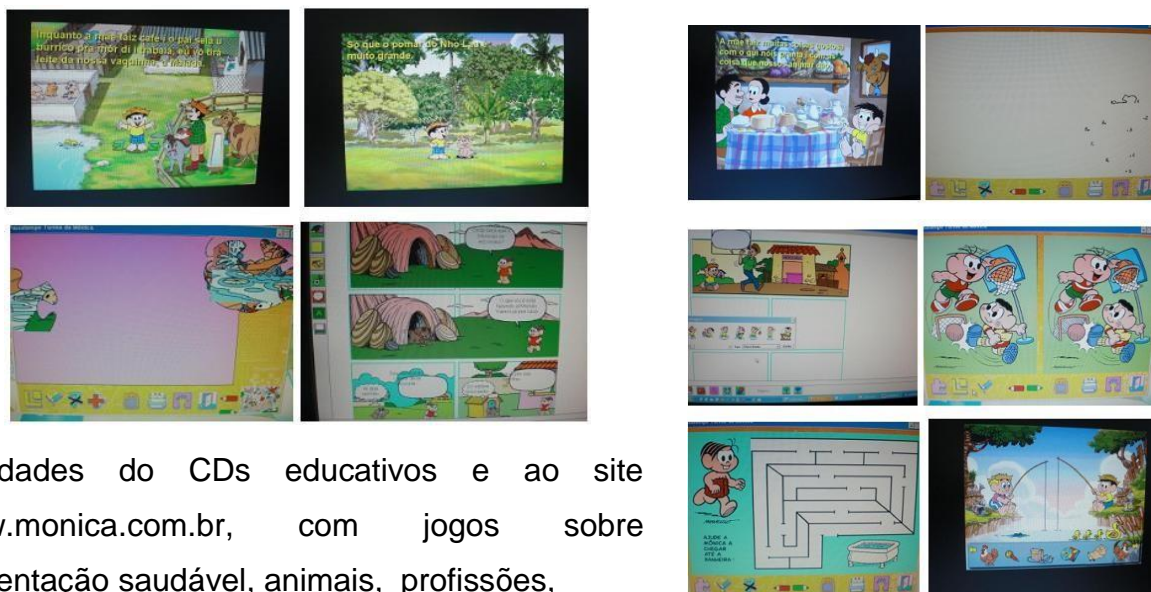


Dramatizações utilizando fantoches da Turma da Mônica.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Anexo 11



Atividades do CDs educativos e ao site [www.monica.com.br](http://www.monica.com.br), com jogos sobre alimentação saudável, animais, profissões, amizade, passatempos, entre outros.

Anexo 12



Carteirinhas adquiridas no site da Turma da Mônica



# II SIMPODI

## Educação Especial Inclusiva

### Anexo 13

Generated by Foxit PDF Creator © Foxit Software  
http://www.foxitsoftware.com - For evaluation only.

Autor: Svlima  
Título: Surpresa para magali

www.maquinedequadrinhos.com.br

Generated by Foxit PDF Creator © Foxit Software  
http://www.foxitsoftware.com - For evaluation only.

Autor: Svlima  
Título: Magali

www.maquinedequadrinhos.com.br

Generated by Foxit PDF Creator © Foxit Software  
http://www.foxitsoftware.com - For evaluation only.

Autor: Svlima  
Título: O Medroso

www.maquinedequadrinhos.com.br

Título: Casaco e Cebolinha

www.maquinedequadrinhos.com.br

Autor: Svlima  
Título: Casaco e Cebolinha

www.maquinedequadrinhos.com.br

HQs montadas no site [www.maquinedequadrinhos.com](http://www.maquinedequadrinhos.com)



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### **ANALISE BIBLIOGRÁFICA DA INCLUSÃO PARA JOVENS E ADULTOS COM AUTISMO (ASPERGER)**

OLIVEIRA, Nilton César Domingues  
SILVA, Reginaldo Anderson

#### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é uma breve descrição da busca por alternativas para a inclusão de jovens e adultos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino superior garantidas pela constituição. A síndrome de Asperger é o distúrbio do espectro do autismo, foi reconhecido em 1984 e todas as pessoas que desenvolveram a doença antes desta data, eram vistas como pessoas esquizofrênicas, depressivas ou com doenças mentais, a patologia passou a ser conhecida como Síndrome de Asperger em 1981. No Brasil estima-se que, com seus 200 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas, são mais de 300 mil ocorrências só no Estado de São Paulo. Estes alunos irão chegar ao ensino médio e as faculdades portanto é necessário que as instituições e professores estejam capacitados não só para garantir o que esta previsto em lei mas, atender este aluno de forma eficaz oferecendo infra-estrutura e desenvolvendo ferramentas pedagógicas interdisciplinares para um melhor aproveitamento do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens, adultos, autismo “asperger”

#### **OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO**

O objetivo geral busca compreender o processo de inclusão de alunos com Autismo (Asperger) no ensino superior por meio da perspectiva da sua família e dos profissionais da Instituições de Ensino Superior. A inclusão dos jovens e adultos com autismo atualmente é um imperativo em Instituições de Ensino Superior, famílias, sociedade e estado devem estar atentos aos direitos que lhe são assegurados para lhes oferecer um ambiente de qualidade e adaptado às suas necessidades.





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### **METODOLOGIA**

Pesquisa desenvolvida e estruturada por meio de artigos acadêmicos através de pesquisa documental na área da educação para jovens e adultos. Os artigos foram selecionados por referencia na inclusão de jovens com autismo no ensino médio e faculdades amparados pela legislação e a capacitação de professores para este desafio.

### **DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS**

A educação é direito de todos e dever do Estado e, encontra-se representada pelas escolas e faculdades, as quais têm a responsabilidade de atender todos com qualidade, sem distinção da raça, da religião ou posição social. Para se falar sobre inclusão, somos amparados na legislação que nos permite assegurar o direito de todos à educação. Torna possível o acesso à escola e a permanência nela, independentemente de sua necessidade especial e, cabe a instituição de ensino garantir e cumprir esse direito.

A pesquisa documental realizada através de leitura de nove artigos relacionados ao ensino de jovens e adultos sendo que três deles chamam atenção no que se refere a legislação e a busca por qualificação dos atores envolvidos no processo da inclusão.

A instituição de ensino deve se comprometer a oferecer um ensino de qualidade, visando melhorias tanto em sua estrutura física quanto no modo de ensino aprendido e fazer com que a escola tome consciência que necessita adaptar o ambiente escolar, e adequar o currículo buscando alternativas metodológicas diferenciadas de acordo com a necessidade de cada aluno.

Os professores, ao realizarem sua capacitação, estão oferecendo aos alunos com necessidades especiais, em especial o aluno com TEA, um aprendizado de qualidade. Ao argumentar sobre inclusão dos alunos com autismo, procura-se compreender como o, educador, pode lidar com esses alunos pensar na importância do trabalho interdisciplinar com profissionais que atendem o aluno, tanto na escola quanto fora dela, para que tenhamos um ensino de qualidade e mais humano.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se a pesquisa envolvendo o tema Educação de Jovens e Adultos TEA, revelando a necessidade de um trabalho conjunto entre a família e a escola amparados pela legislação e acrescenta os aspectos de inclusão a pessoas com necessidades educacionais especiais. A escola e a família são os grandes responsáveis em proporcionar uma educação inclusiva, através de um trabalho interdisciplinar envolvendo todos os atores da educação.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>

FERRO, A. **A voz de jovens e adultos com síndrome de Asperger como aspecto norteador de reflexões pedagógicas**. Tese de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo, v. 28, Supl I, p. S3-11, 2006.

LARGUEZA, Roslaine Mara Fernandes; LEITE, Debora Da Silva. **A inclusão escolar das crianças, jovens e adultos om síndrome de Asperger**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em:<[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura &artigo\\_id=9920&revista\\_caderno=12](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura &artigo_id=9920&revista_caderno=12)>



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### NOVAS TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

SILVA, Reginaldo Anderson  
OLIVEIRA, Nilton César Domingues

#### INTRODUÇÃO

Hoje em dia com toda a evolução tecnológica que compõem o nosso cotidiano e pela qual nos apegamos sem dúvida também permeia o universo escolar e essas inovações tecnológicas também estão de alguma forma inserida na educação especial. Sob tal influência torna-se de fundamental importância a aquisição de conhecimento tecnológico por parte dos profissionais atuantes nesta área.

Percebe-se ainda que nem sempre estas questões são devidamente amadurecidas no meio dos profissionais da educação, especialmente entre os professores de escolas públicas. Diante de toda concepção contemporânea de educação deparamo-nos a todo momento com a forte influência das novas tecnologias incorporadas a esse sistema como material de ensino. Na educação especial esse vínculo torna-se muito mais importante devido as necessidades especiais que cada pessoa com deficiência apresenta. A tecnologia nesse ponto passa muitas vezes de auxiliadora para objeto principal no processo de aprendizagem, possibilitando uma nova maneira de se compreender e obter conhecimento, tornando-se indispensável no universo escolar atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia; Educação Especial; Recursos.

#### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Mostrar como pode ser o uso de toda essa tecnologia a favor da inclusão e da educação especial.

Identificar aspectos positivos e negativos na inserção destes componentes no ambiente educacional.



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

Pretende apresentar alguns indicativos e ideias que possam orientar e otimizar dessa apropriação por estudantes de educação do nível básico e superior de uma forma geral.

### **METODOLOGIA**

Esse tema foi escolhido através de pesquisas e complementação sobre os conteúdos propostos, com a finalidade de analisar e investigar mais sobre a sua importância e relevância dentro das tecnologias o qual também vem sendo de grande importância, para se trabalhar com essas tecnologias com a educação especial.

Na formulação deste projeto assim como na fundamentação da pesquisa se dará na forma descritiva e explicativa visando propiciar uma melhor e mais confiável interpretação dos dados aqui mencionados.

Grandes autores serão considerados neste projeto e suas obras definirão a fundamentação teórica. O levantamento de dados terá como base esses autores, suas obras nortearão e darão ênfase a este estudo, proporcionando assim maior credibilidade em relação ao assunto abordado. Tais autores estão devidamente citados nas referências bibliográficas.

### **DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS**

Para termos uma visão mais ampla sobre o assunto que tomaremos como objetivo de estudo a seguir, devemos primeiramente ter uma noção clara e objetiva de dois conceitos básicos. Primeiro: o que é tecnologia, e segundo: O que é tecnologia aplicada à educação especial.

Quando pesquisamos por tecnologia encontramos vários significados, e sua compreensão torna-se muito abrangente e difícil de ser especificada com poucas palavras.

A educação inclusiva por meio de recursos tecnológicos, um conjunto de processos educacionais decorrente da execução de métodos tradicionais articulados



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

com ferramentas que visem novas formas de se obter bons resultados no âmbito da aprendizagem. Assim observamos que a tecnologia incorporada à educação especial na atualidade conserva como principal característica sua função auxiliadora tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto no processo de interação com o meio social da criança ou pessoa com deficiência.

De acordo com Fonseca (2003, p.104), “educar uma criança com necessidades especiais ao lado de crianças consideradas normais é um dos principais basilares da sociedade democrática e solidária”. Nesse contexto sabemos que a tecnologia pode auxiliar e muito uma pessoa com deficiência, seja por um simples lápis adaptado ou um sofisticado sistema operacional que permita ao aluno obter algum tipo de informação adicional.

Sobre isso a exploração de vários softwares, disponíveis gratuitamente, é um dos meios que a internet nos fornece. Um destes meios é o Núcleo de Informática de Educação Especial que nos fornece software em várias áreas, como utilização de PECS ou na área da música ou matemática, através do Windows.

Além desses softwares e programas específicos também devem ser destacado:



Figura 1- Lápis



Figura 2- Máquina de escrever. adaptado

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial pautada sob aspectos tecnológicos está passando por um grande processo de transformação. Tal processo quantifica as chances de promover no aluno com deficiência a obtenção de conhecimento e também promove melhor



## II SIMPODI

# Educação Especial Inclusiva

qualidade de vida.

Uma ressalva importante sem dúvida alguma está também relacionada a preparação dos professores que atuam nessa área. Esses profissionais devem sempre estar reciclando para que possam ter competência para trabalhar com determinadas tecnologias e aplicar em benefício de seus alunos.

### REFERÊNCIAS

BECKER. **Educação pautada em novas tecnologias.** Disponível em: [http://www.edunettedsp.com.br/logedespecial/hostecnologias\\_escola.htm](http://www.edunettedsp.com.br/logedespecial/hostecnologias_escola.htm). Acesso em 20 de maio de 2012.

BRASIL. PCNEM: **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: Mec, 2002. Disponível em <http://www.mec.gov.br/semtec/ensmed/ftp/CienciasNatureza.pdf>. Acessado em 04 de maio de 2012.

FONSECA, Vitor da. **Tendências futuras da educação inclusiva.** Educação. Porto Alegre: Edipucrs, mar. 2003.

KENSKI, Vani Moreira. **O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias.** Didática: O Ensino e suas relações. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

MANTOAN, Maria teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, abr. 2003.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### O BENEFÍCIO DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PORTADORAS DO AUTISMO

LEITE, Gizele

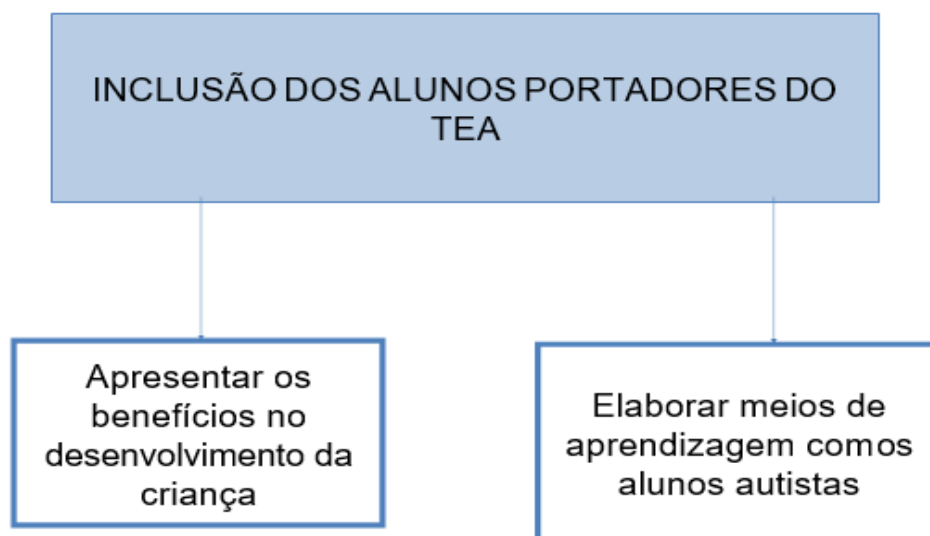
#### INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto de Pesquisa sobre o Autismo, o Transtorno do Espectro Autismo (TEA) é constituído por um grupo de desordens complexas de desenvolvimento do cérebro, sendo caracterizado pela falta de comunicação social e comportamentos que se repetem (Instituto Pensi – ONG Autismo & Realidade).

Tendo a música como uma proposta construtivista, onde os alunos tem a oportunidade de explorar sua criatividade e diante dos níveis encontrados nesta característica, foi desenvolvido formas de trabalho com musicalização em uma escola particular na cidade de Telêmaco Borba – PR, no ano de 2017, visando o desenvolvimento dos alunos nas demais matérias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autismo; musicalização; ensino.

#### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO





# II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

## METODOLOGIA



## DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS



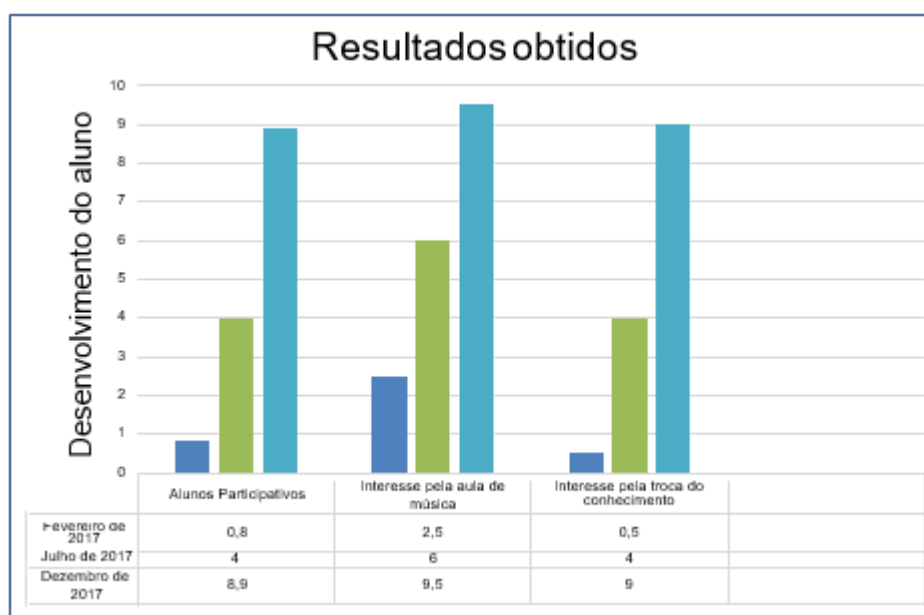




## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

Após trabalhar brincadeiras envolvendo a música com crianças que apresentam este transtorno, foi possível perceber que os benefícios da musicalização foi de grande valia para elas. No final do trabalho, encontramos alunos mais interessados e com uma maior interação em sala de aula.

No gráfico abaixo será apresentada a proporção do desenvolvimento desses alunos a partir do início do trabalho o resultado final.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível considerar que diversas áreas do conhecimento podem ser desenvolvidas através da musicalização. Através de brincadeiras e momentos nas aulas de música a criança consegue reconhecer a si mesma e ao outro. Assim, elas se sentem capazes de estar neste meio ocorrendo então a inclusão de todos.

### REFERÊNCIAS

GARDNER, H., **Inteligências Múltiplas: a teoria e a prática**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva



OLIVEIRA, Gleisson. **Desenvolvimento musical de crianças autistas em diferentes contextos de aprendizagem**: um estudo exploratório. Dissertação: UFMG, 2015.

PENDEZA, Daniele. SOUZA, Tânia. **A educação musical como instrumento psicopedagógico no atendimento a crianças com transtornos do espectro autismo**. 1ª Edição. Florianópolis – SC: Revista da Pesquisa, 2015.

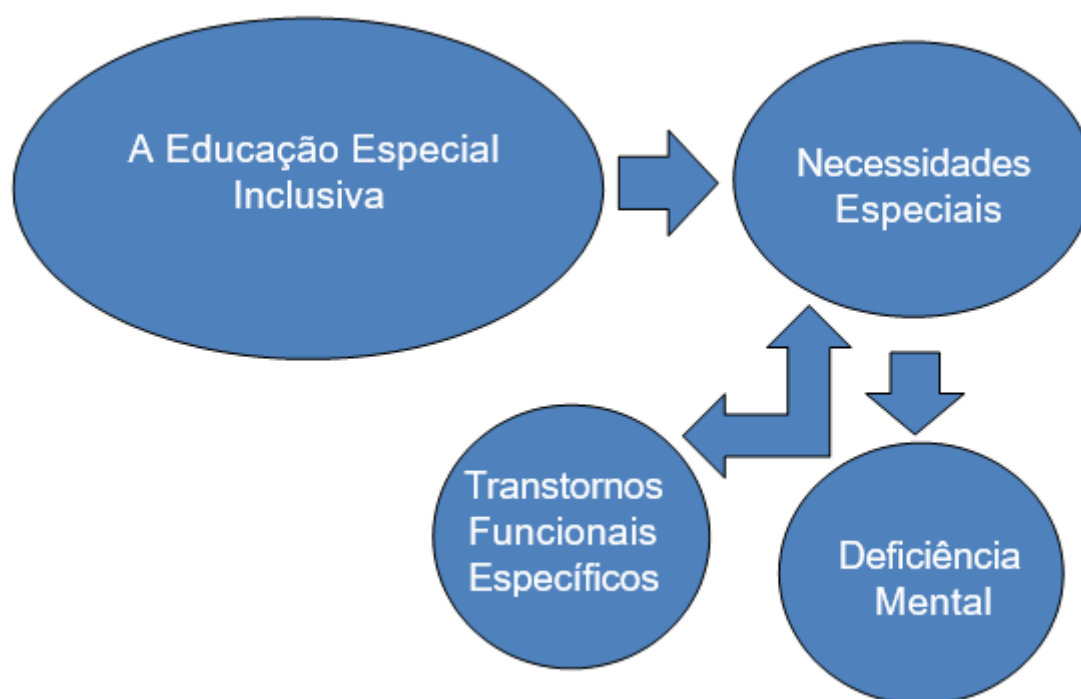


## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA: UMA PERSPECTIVA EM DIFERENTES REDES DE ENSINO

SILVA, Lais  
GOLEMBA, Lauana

#### INTRODUÇÃO



[...]“somos diferentes e queremos ser assim e não uma cópia malfeita de modelos considerados ideais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes” (CARVALHO, 2000, p.23).

**PALAVRAS-CHAVE:** educação; inclusão; instituições

#### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

Verificar se as instituições de ensino no município de Telêmaco Borba utilizam abordagens para educação inclusiva.

Determinar as abordagens utilizadas para o ensino de estudantes com



## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

necessidades educativas especiais;

Relatar as principais dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem.

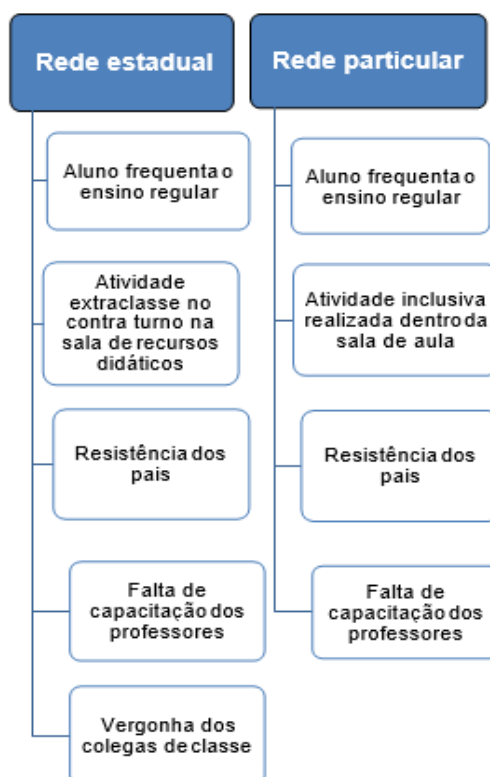
### METODOLOGIA

1° - Visitou-se as instituições estadual e privada;

2° - Investigação dos métodos adotados na educação especial inclusiva;

3° - Análise das dificuldades encontradas para a aplicação dos recursos utilizados.

### DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS





## II SIMPODI Educação Especial Inclusiva

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à percepção das redes estaduais e privadas entrevistadas, ambas consideram a educação inclusiva como necessária e importante para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Considera-se ainda com embasamento na entrevista, o modelo adotado na rede estadual suscitam descrições esparsas do que realizam ou expressões do que sugerem a aceitação das atividades oferecidas, no entanto é crucial além da inclusão em sala, apoio individual, pois o aluno adquire ferramentas para enfrentar as dificuldades no cotidiano. Em contrapartida, na rede privada, os métodos adotados buscam constante evolução dentro da própria sala de aula, sendo muito válido. Porém, falta um atendimento individualizado em momento separado.

### REFERÊNCIAS

CARVALHO, ROSITA EDLER. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) *Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB*, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.